



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 17 – nº 63 – junho 2006

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Pobreza produz migração. Migração contrasta a pobreza?

ÍNDICE

EDITORIAL	2
ITALIANO	
<u>Quando la povertà insegna</u>	3
<u>Migranti: Onu, ogni anno rimesse per 167 mld di dollari</u>	5
<u>Immigrazione: la miseria dei lavoratori stagionali in Sicilia</u>	5
<u>L'Islam italiano ha voglia di fare impresa</u>	6
<u>Ottimisti e risparmiatori: stili di consumo e accesso al credito degli immigrati in Itália</u>	7
<u>L'INCA Cgil sulle questioni aperte per gli italiani all'estero</u>	8
<u>Iran: Francia e Gb non rispettano diritti umani per rifugiati ed immigrati</u>	10
PORTUGUÊS	
<u>Brasil: migrante ganha mais que local e conterrâneo</u>	10
<u>Rio Grande do Sul: de volta para casa</u>	12
<u>Nordestinos deixam SP e migram de volta</u>	14
<u>Justiça manda usina cuidar da saúde dos cortadores de cana</u>	15
<u>EUA: Secretário de Comércio defende que trabalhadores temporários vão ajudar o crescimento</u> ...	16
<u>As “armas de luta” contra o trabalho escravo</u>	17
ENGLISH	
<u>Drain of 8m middle-class Filipino migrants doesn't bode well for the economy</u>	19
<u>Brain drain deprives Africa of vital talent</u>	20
<u>International Migration Reduces Poverty In Developing Countries, Says World Bank Study</u>	21
<u>Investment In Agriculture Will Reduce Migration</u>	23
<u>'A day without immigrants'</u>	24
ESPAÑOL	
<u>La legalización afectaría los envíos de dinero a familias desde Estados Unidos</u>	25
<u>Analizan algunos estados de EU aplicar impuestos a las remesas</u>	27
<u>La tierra árida, amenazada por el desierto</u>	28
<u>Pobreza y escasez de empleos provoca migración de indígenas de Querétaro</u>	29
<u>México: El desempleo no es la principal causa del éxodo, dice Presidencia</u>	30
<u>La otra cara de las remesas</u>	31

EDITORIAL

Na atualidade, pobreza e migração constituem dois fenômenos extremamente amplos, complexos e desafiadores. A ONU estima a existência de cerca de 200 milhões de migrantes internacionais no mundo inteiro. O número sobe de maneira drástica em se considerando as migrações internas e outras formas de mobilidade humana. Por outro lado, a FAO calcula em mais de 850 milhões as pessoas que vivem em situação crônica de desnutrição. Diante disso surge uma pergunta: existem relações entre os dois fenômenos? Se houver, quais as características?

Não é fácil responder essa pergunta. A dificuldade decorre de vários fatores, entre os quais a inteligência dos termos “pobreza” (indigência? insegurança alimentar? fome? precárias condições de vida? carências no atendimento de necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, trabalho?...) e “migração” (temporária? sazonal? permanente? interna? internacional? forçada? induzida? regular? irregular?...). Um prévio esclarecimento semântico representa um passo fundamental em vista da análise de cada situação específica.

Mesmo levando em conta essas dificuldades epistemológicas, é comum afirmar que *a pobreza seja uma das principais causas da mobilidade humana* contemporânea. Acredita-se que grande parte das migrações sazonais - internas ou fronteiriças - e a maioria das migrações internacionais sejam provocadas por razões especificamente econômicas. No entanto, cabe observar que a expressão “razões econômicas” não é sinônimo de “pobreza”. O móvel econômico pode ser encontrado tanto em pessoas em situação de insegurança alimentar, quanto em pessoas que, mesmo vivendo em condições dignas, almejam alcançar padrões mais altos de consumo. Enfim, nem todo migrante que se desloca por razões econômicas é pobre.

Contudo, não há dúvida de que para muitas pessoas em situação de indigência ou insegurança alimentar a migração representa uma estratégia de sobrevivência. Em geral, devido aos altos custos das migrações internacionais, os que vivem em situação de pobreza costumam deslocar-se sazonalmente a trabalho ou dirigir-se para as cidades mais próximas de onde vivem, onde a infraestrutura, mesmo se precária, pode garantir as mínimas condições de vida. Por outro lado, cabe realçar que o recente crescimento das indústrias de tráfico de pessoas (*trafficking*) e de migrantes (*smuggling*) tem oportunizado o deslocamento de pessoas através da contração de dívidas. Nesse novo cenário, tem aumentado o número de pessoas pobres que assumiram os riscos da migração internacional e da dívida.

Mas o deslocamento geográfico representa uma real possibilidade de melhoria? Ao responder esta pergunta é impossível generalizar. Os artigos desta resenha atestam a existência de casos em que a migração se tornou ocasião de *superação*, mas também de *aprofundamento da pobreza*.

Assim, assumida por uma ótica positiva, a migração pode garantir trabalho e melhores retribuições para migrantes de regiões pobres. O envio de remessas assume um papel fundamental para a sobrevivência de muitas famílias e, em nível macro-econômico, para o desenvolvimento de países menos desenvolvidos. Na mesma esteira, a evasão de mão-de-obra qualificada, além de garantir as supracitadas remessas, permite importantes trocas de conhecimentos. No caso do Brasil, uma pesquisa citada nesta Resenha mostra que os migrantes ganham mais do que os não-migrantes da terra de origem e de acolhida! Finalmente, é importante observar a expressiva contribuição dos migrantes nas economias dos países de chegada como em nível internacional, representando instrumentos para o desenvolvimento dessas esferas.

Por outro lado, a migração pode acarretar uma *exasperação da pobreza* assim como a *violação de direitos humanos*. Isso decorre basicamente da situação de vulnerabilidade social em que se encontra a maioria dos migrantes e que comumente é originada por uma situação precedente de pobreza. Em outras palavras, as precárias condições econômicas e suas conseqüências, se tornam fortes empecilhos para o sucesso da jornada migratória. A pobreza acompanha o migrante em sua viagem sob forma de carências em nível econômico, educacional, formativo, sanitário etc.

Sem dúvida, o caso mais evidente e desafiador de violação de direitos humanos na migração é o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ou trabalho escravo. Os trabalhadores em regime de escravidão, por exemplo, são obrigados a viver em condições de extrema indigência, como atestam relatórios da Comissão Pastoral da Terra. Mais em geral, a exploração dos empregadores, as precárias e insalubres condições de trabalho, os preconceitos por razões de etnia, cor, sexo e religião podem aprofundar as situações de dependência e pobreza. Ademais, as perigosas travessias, em desertos, caminhões ou *boat-people*, colocam em grave risco a vida dos migrantes irregulares mais pobres. Finalmente, é importante sinalizar os perigos das remessas - pela volatilidade e a dependência que geram - e da fuga de mão-de-obra qualificada - pela perda de capital humano indispensável ao desenvolvimento dos países de origem.

Portanto, dependendo das situações, dos contextos e dos sujeitos envolvidos, a migração pode representar uma superação ou uma exasperação da pobreza. É evidente que nessa avaliação deve ser levada em conta também a dimensão subjetiva. Em outras palavras, o sujeito migrante poderá passar, ao mesmo tempo, por melhorias, em determinados âmbitos, e retrocessos, em outros. Nestes casos, ao avaliar a jornada migratória será fundamental levar em conta as expectativas, a saber, os móveis mais profundos de cada pessoa.

Finalmente, na ótica da complementaridade e interdependência dos direitos humanos, não podemos abordar o tema da pobreza - entendida como insegurança alimentar - de forma separada do restante dos direitos humanos fundamentais. Assim, o fato de que o migrante tenha alcançado melhores padrões de consumo não significa necessariamente que suas condições de vida psicofísicas tenham melhorado. O desenraizamento identitário, as fortes discriminações, os exasperados ritmos de trabalho, as fobias decorrentes da situação de incerteza e precariedade podem gerar situações tão dramáticas quanto a fome crônica no país de origem.

Nesse sentido, urge em primeiro lugar a pronta ratificação e implementação da “Convenção Internacional sobre proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares” que, sem dúvida, representa um instrumento internacional fundamental para a promoção da dignidade e do protagonismo dos migrantes, superando as formas deletérias de assistencialismo. Por outro lado, levando em conta que, muitas vezes, a pobreza nasce nos países de origem, é necessário implementar políticas públicas mais equitativas e distributivas (por exemplo, reformas agrárias ou investimentos na agricultura), em vista da redução das assimetrias sociais tanto em nível nacional que internacional. Em princípio, essas mudanças terão como consequência direta uma melhoria do bem-estar dos migrantes e de seus familiares nas terras de origem. No entanto, ao diminuírem as migrações forçadas ou induzidas, essas transformações trarão efeitos positivos também para os povos dos países de destino. [TOP](#)

Quando la povertà insegna

Mi hanno sempre detto che ho delle idee strane. Così il tempo è passato e le mie «strane idee» si sono, per così dire, perfezionate in qualche modo. E ora ve ne spiego il motivo. Nei miei viaggi in Brasile, con l'anima da tempo invasa da una pungente nostalgia, riesco a fotografare (senza l'uso della macchina fotografica) istanti di poesia quotidiana completamente ignorati o sconosciuti dai passanti, assuefatti e storditi alle scene di una quotidianità per loro comune e sempre uguale. Il quartiere del Pelourinho, nel centro storico di Salvador

Come non notare, per l'amor di Dio, il padre che porta i figli a scuola sistemati in una scatola della frutta poggiata `artisticamente` sopra una semplice bicicletta? Come ignorare la gita domenicale di una intera famiglia, genitori e figli, sopra le due ruote di una semplice e spesso sgangherata bicicletta? Come non accorgersi dei musicisti e della loro incredibile creatività quando si esibiscono sugli autobus di Recife, di fronte a occhi già tanto saturi e stanchi? Come sorvolare sulla lotta degna e nobile di quei lavoratori 'autonomi' che cercano di guadagnarsi il pane quotidiano vendendo ogni sorta di merce dentro i

mezzi pubblici delle città? Come non commuoversi nel vedere passare i poveri indossando gli abiti della domenica pieni di quell'orgoglio e quella estrema purezza? Come non ascoltare le risposte emozionante ed emozionanti date dai mendicanti nel ricevere un'elemosina? Come ignorare la bellezza profonda nei parchi pubblici invasi dalla povertà della domenica, l'allegria vera nei pic-nic dei poveri, visti come cafoni e rozzi dai ricchi?

Come non emozionarsi con il coraggio e l'audacia dei poveri nello sfidare la vita e le sue difficoltà, mettendo al mondo quei figli che i ricchi quasi non vogliono più fare? Come restare insensibili e ciechi al passaggio, sulle strade, di intere famiglie raccoglitrice di rifiuti urbani e dei loro carretti decorati per trasportare, oltre ai rifiuti, anche i figli piccoli? Come cancellare gli handicappati che danno lezioni di dignità mentre lavano le macchine dei ricchi utilizzando una sola mano oppure quelli che salgono sugli autobus trascinandosi su un corpo senza gambe? Come non percepire quelle sedie a rotelle adattate al commercio ambulante ai semafori delle città, insegnando resistenza e coraggio ai privilegiati ammorfi comodamente rinfrescati dai condizionatori d'aria delle auto? Come voltare la schiena al sorriso di ogni vita amputata che resiste? Come non emozionarsi o ribellarsi di fronte a tanta ingiustizia, come non reagire ai piedi scalzi, sporchi e maltrattati che riescono ancora a sorridere, nonostante tutto? Come non restituire niente ai poveri in cambio delle loro sfacciate, viscerali e gratuite lezioni di vita `presentate` in ogni angolo di questo immenso Paese? Come trovare «normale» o «comune» l'enorme dignità della povertà? E quanto è ridicolo il perpetuarsi del «madamismo brasiliano», che si nutre dello sfruttamento per godere senza limiti dei parrucchieri, dei beauty farm, di shopping center, boutiques, del mercato della vanità senza fine...

Sarebbe molto interessante se ci fosse uno scambio maggiore tra i «primi» ed i «terzi» mondi di questo pianeta. Quanto sarebbero proficui i tirocini senza data di rientro per menti ottuse e purtroppo, largamente diffuse, che ancora credono nella superiorità di alcune società su altre. Quanto è importante vivere un esilio forzato per creare una profonda coscienza di cittadinanza e una lucidità imprescindibile per riuscire a capire

la propria terra, il proprio Paese, la propria origine. Quanti fantasmi smascherati, quante illusioni crollate, quanto amore scoperto, quanto orgoglio trovato, quante menti aperte, quanti cittadini risvegliati. E quanti buoni risultati...

Da tredici anni sono alla ricerca di poesia in questo paese dove ancora vivo. Credo che la distribuzione più giusta della ricchezza abbia spazzato via quello che la povertà ha di più bello e di più umano. Ha spazzato via i sorrisi, le emozioni, gli abiti della domenica, i picnic dei parchi nei giorni di festa, i sogni e gli ideali. Ha spazzato via l'Amore. Restano i cellulari, i metro pieni di anonimi, il glamour del falso che tanto affascina, la moda che tanto determina, le auto più numerose delle persone, le ambizioni e tanta, ma tanta solitudine. In Brasile, benché già tanto diffusa, questa ricchezza non ha ancora spazzato via i poveri dalla faccia di questo Paese. Grazie a loro resiste ancora il sorriso, le sedie e le chiacchiere fuori delle case di periferia, gli abiti delle domeniche, un vivere più leggero, un cuore aperto e trasparente, un «Dio ti benedica» dopo un'elemosina ricevuta, una fetta di torta con una tazza di caffè di pomeriggio dal vicino di casa, un favore che ancora si può chiedere, gli artisti degli autobus, una gioia di vivere che resiste contro ogni avversità, una testardaggine del vivere che è lezione di vita, una natalità che sfida la mortalità. Non solo demografica, ma spirituale. Cosa che qui non c'è più, nell'Europa dei sogni di tanti ingenui, innocenti e disinformati. Loro non sanno che cosa fa questa Europa dei nostri sogni: li schiaccia. E schiacciandoli, schiaccia anche noi.

Cosa ci resta? La nostalgia, che per noi è saudade. E il dolore. Il lutto. E la rabbia. Una rabbia immensa per non essere stati capaci di capire in tempo il nostro Paese, la nostra terra, la sua ricchezza e la sua inviolabile sacralità. Perché la terra dove si nasce si cresce si impara a leggere a parlare a camminare ad amare e a vivere, brutta o bella che sia, è sacra. E tutti noi abbiamo il dovere di rispettarla. Per tutto questo vale l'esilio. Nonostante tutto, nonostante il dolore e la saudade. Esilio è scuola di cittadinanza, ma soprattutto è scuola di amore e di scoperta della propria e sacra origine. E' attraverso questo dolore che nascono nuovi uomini e nuove donne, nuovi cittadini brasiliani.

Almeno si spera che sia così, anche se questo può riguardare soltanto una minoranza. Non importa. L'importante è che siano veri cittadini e che abbiano fatto dell'esilio scuola di vita e non di morte. Morte di se stessi nel labirinto dell'identità oscillante, malattia tanto comune qui lontano...

Per paradossale che sia, ridicolo che possa essere, snob o banale: quanto manca questa povertà da queste parti. Manca davvero. E laggiù, quasi nessuno la «vede». [TOP](#)

Fonte: http://musibrasil.net/vsl_art.asp?id=1504

Migranti: Onu, ogni anno rimesse per 167 mld di dollari

Ammontano a 167 miliardi di dollari l'anno, quasi l'equivalente del Pil della Grecia, le rimesse mondiali dei migranti: il dato, che si è quasi triplicato nell'ultimo decennio, è contenuto in un rapporto presentato all'Assemblea generale dell'Onu, a New York. Il segretario generale, Kofi Annan, ha spiegato che questo documento rappresenta "una prima indicazione di percorso per questa nuova era di mobilità" ma, ha aggiunto, "i vantaggi apportati dalla migrazione non sono compresi come dovrebbero".

Il rapporto rileva come i migranti non solo svolgono lavori necessari, ritenuti poco attraenti dai cittadini dei Paesi ospitanti, ma stimolano la domanda e migliorano la prestazione economica di un Paese attraverso, per esempio, i contributi versati ai sistemi pensionistici. Il numero delle persone che vivono al di fuori dei propri Paesi di origine ha raggiunto i 191 milioni nel 2005, di cui 115 milioni in Paesi sviluppati e 75 milioni in Paesi in via di sviluppo. Si tratta di donne e uomini che viaggiano soprattutto da un Paese sviluppato all'altro e dai Paesi in via di sviluppo a quelli "ad alto reddito", categoria che include alcuni Paesi in

via di sviluppo, come Corea del sud, Singapore, l'Arabia Saudita e gli Emirati Arabi Uniti - e' cresciuta molto piu' velocemente rispetto a quella verso il resto del mondo.

L'emigrazione, insomma, è una risorsa e l'Onu auspica che nei Paesi sviluppati si adottino politiche volte a garantire un accesso fluido e regolato ai lavoratori immigrati, il sostegno all'imprenditoria immigrante, programmi di formazione e progetti di cooperazione internazionale che impediscano la "fuga di cervelli" dai Paesi in via di sviluppo. "Sono i governi a dover decidere se una maggiore o minore emigrazione sia desiderabile. La comunità internazionale dovrebbe concentrarsi sulla qualità e la sicurezza dell'esperienza migratoria e su che cosa possa essere fatto per massimizzare i benefici del suo sviluppo", ha sottolineato Kofi Annan nel proporre la creazione di un forum permanente dei governi sull'immigrazione. [TOP](#)

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=69063> - 06.06.2006

Immigrazione: la miseria dei lavoratori stagionali in Sicilia

Medici senza frontiere definisce "indescrivibili" le condizioni di accoglienza di centinaia di lavoratori stagionali a Cassibile in provincia di Siracusa

Nessun tipo di accoglienza e condizioni "indescrivibili". È questa la realtà che centinaia di stranieri impiegati come lavoratori stagionali per la raccolta di primizie hanno trovato al loro arrivo a Cassibile in provincia di Siracusa. Lo denuncia Medici Senza Frontiere (MSF) che di fronte alla situazione ha deciso di avviare immediatamente un intervento con l'obiettivo di garantire assi-

stenza sanitaria e servizi minimi di accoglienza agli stranieri.

"In un campo, all'ingresso di Cassibile, i nostri volontari hanno individuato circa 300 immigrati accampati con capanne di fortuna senza acqua o bagni" afferma Guilhem Molinie, coordinatore dei progetti in Sicilia per MSF. "Si tratta di stranieri che arrivano qui per essere impiegati nella

raccolta delle patate come lavoratori stagionali. Molti di loro sono richiedenti asilo e rifugiati che arrivano da zone di guerra. Per il quarto anno consecutivo siamo testimoni di questa realtà degradante, ad oggi solo l'ASL locale ha risposto alle nostre sollecitazioni attivandosi per fornire un servizio ambulatoriale per gli stagionali. Stanchi delle mancate risposte da parte delle autorità abbiamo deciso di avviare un intervento di emergenza".

Nei primi giorni MSF ha visitato oltre 150 stranieri: i problemi principali riscontrati sono diarrea, malattie respiratorie e dermatologiche. Tutte patologie chiaramente riferibili alle precarie condizioni abitative. Il primo punto acqua, la fontana del paese, si trova ad un 1,5km di distanza. Questo, come la mancanza di latrine e tende, è lontano persino dagli standard minimi fissati dall'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati nei campi profughi. MSF ha iniziato inoltre la costruzione di latrine, docce, un sistema di smaltimento dei rifiuti e ha distribuito taniche per la raccolta dell'acqua e kit per l'igiene personale.

MSF ha appena appreso che è in corso una denuncia contro i rappresentanti dell'organizzazione

internazionale per aver montato una tenda per le consultazioni mediche su un suolo privato.

"Ci troviamo per l'ennesima volta di fronte all'arrivo massiccio di stranieri che lavorano alla raccolta di primizie, questo avviene in Sicilia come in altre regioni di Italia" ha detto Andrea Accardi, coordinatore dei progetti italiani di MSF. "Le condizioni in cui vivono gli stagionali qui sono indescrivibili, per questo MSF si è vista costretta ad avviare un intervento di emergenza in Italia con le stesse modalità che usa nei campi profughi. Chiediamo che le autorità preposte si assumano immediatamente le loro responsabilità".

Il fenomeno dei lavoratori stagionali non è circoscritto solo alla Sicilia. All'inizio del 2005 MSF ha pubblicato un rapporto dal titolo "I frutti dell'ipocrisia" in cui venivano denunciate le drammatiche condizioni di vita e salute per gli stranieri impiegati come stagionali nelle campagne del Sud Italia. Da allora MSF ha continuato a lavorare con gli stagionali in Sicilia, Puglia e Calabria. [TOP](#)

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=68200>
- 11.05.2006

L'Islam italiano ha voglia di fare impresa

Un immigrato su dieci dai Paesi mediterranei di religione musulmana apre una ditta individuale.

L'Islam in Italia ha soprattutto voglia di lavorare in proprio: lo affermano dati dell'Istat elaborati dall'Ufficio studi della Camera di commercio di Milano, secondo i quali in Italia un immigrato su dieci dai Paesi mediterranei di religione musulmana - donne, bambini e anziani compresi - apre una ditta individuale. In tutto in Italia nel 2005 sono 51mila i cittadini provenienti da Paesi a maggioranza islamica del bacino del mare comune (Algeria, Cipro, Egitto, Giordania, Libano, Libia, Marocco, Siria, Tunisia, Turchia, Territori palestinesi) che hanno aperto una microimpresa, con un aumento del 243% rispetto alle circa 15mila partite Iva registrate nel 2000. I titolari di una ditta individuale provenienti dal Mediterraneo in Italia sono prevalentemente originari del Marocco (con 31.552 attività, il 61% del totale), della Tunisia 7.582 (15%), dell'Egitto 6.557 (13%), della Libia 1.766 (3%) e dell'Algeria 1.288

(2,5%). Rispetto a 5 anni fa, a crescere maggiormente sono proprio le attività marocchine (+421%), seguite da quelle algerine (+296%) e turche (+224%).

L'unica nazionalità a mostrare un trend in discesa è la Libia (-11%). Tenendo comunque presente che sempre più spesso l'apertura di una partita Iva non presuppone l'avvio di una vera microimpresa ma è dettata dalle richieste dei datori di lavoro che vogliono allentare le responsabilità nei confronti dei dipendenti, il settore dove sono maggiormente concentrate le attività imprenditoriali con titolare mediterraneo è quello del commercio, che conta quasi 29mila ditte individuali, cioè il 56% del totale. Questo settore appare quasi di monopolio degli immigrati marocchini, che hanno aperto oltre 24mila microimprese, pari all'83% del settore. Seguono i

tunisini con 1.431 imprese. Con oltre 12mila imprese l'edilizia e' il secondo settore con la piu' forte presenza di imprese con titolare proveniente da Paesi mediterranei non europei. I tunisini coprono il 35% del comparto, i marocchini il 32%. Seguono le attivita' manifatturiere con quasi 3mila imprese, pari al 5,8% del totale, e i trasporti con 2.864 imprese (5,6% del totale). Numerose anche le attivita' immobiliari, di noleggio, informatica e ricerca: sono 1.705 le imprese 'mediterranee', il 3,3% del totale, con gli egiziani particolarmente attivi (46% di queste ditte sono aperte da immigrati dall'Egitto, seguono i marocchini con il 23%). I titolari di alberghi e, soprattutto, di ristoranti sono in tutto piu' di 700, il 49% egiziani.

"Questi dati - commenta Yahya Sergio Pallavicini, vicepresidente della Comunita' religiosa islamica (Coreis), membro della Consulta sull'Islam voluta

dal ministero degli Interni italiano - ribaltano la percezione che purtroppo si ha dell'Islam in Italia, percezione che nasce a causa di limitati fatti di cronaca o per la difficolta' d'interazione da parte di piccole nicchie. E' invece importante avere una visione non distorta della realta', soprattutto per favorire il processo di integrazione e i rapporti con la societa' sia degli immigrati sia degli italiani di religione musulmana. In questo modo - conclude Pallavicini - possiamo portare i nostri migliori valori culturali e religiosi a tutti i livelli della societa', non solo sul posto di lavoro". [TOP](#)

Fonte:

<http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=63243&H=immigrati+povert%26amp%3Bamp%3Bgrave%3B> - 12.06.2006

Ottimisti e risparmiatori

Stili di consumo e accesso al credito degli immigrati residenti in Italia

Gli immigrati residenti in Italia sono più ottimisti degli italiani, maggiormente disposti ad affrontare le sfide che pone il futuro, molto differenziati per stili di consumo e modalità di risparmio e generalmente propensi ad indebitarsi pur di vedere accrescere i propri beni. Sono queste alcune delle caratteristiche che emergono dall'indagine effettuata dal Censis per E-st@t - Gruppo Delta, a novembre e dicembre 2005, su un campione di 800 immigrati residenti in Italia con l'obiettivo di analizzare gli stili di consumo, i comportamenti di risparmio, le modalità di accesso al credito, la domanda di servizi bancari e finanziari e il livello di solvibilità degli stranieri nel nostro Paese.

La maggior parte degli immigrati valuta con ottimismo il proprio futuro in Italia: per il 69,5% i redditi aumenteranno, per il 61,3% i consumi cresceranno, per il 42,6% saliranno i risparmi. E' da sottolineare, inoltre, come questa porzione di popolazione mostri già una forte propensione al risparmio: attualmente il 14% del budget familiare è destinato alle rimesse e il 15% al risparmio e complessivamente il 67% degli intervistati invia regolarmente denaro nel Paese d'origine.

Piuttosto diffuso risulta anche l'utilizzo di strumenti di gestione dei risparmi che implicano un

rapporto con il sistema bancario: il 61% degli intervistati dispone di un conto corrente (il 43,4% presso una banca e il 17,6% presso gli uffici postali), il 41% è in possesso di bancomat, il 16% di un libretto di risparmio, il 13% possiede una carta di credito.

Per quanto riguarda la propensione all'indebitamento, dall'indagine risulta che il 42% degli intervistati ha già fatto ricorso in passato ad un prestito sotto forme diverse, dalla richiesta di denaro contante al pagamento dilazionato nel tempo, fino ad acquisti finanziati tramite contratti di credito al consumo; in particolare la percentuale di stranieri che ha già utilizzato tale forma di finanziamento è pari al 23% (a fronte del 35% delle famiglie italiane) e un'ulteriore quota del 46% vorrebbe utilizzarlo. Vive in una casa o in una camera in affitto la grande maggioranza degli immigrati (72,1%), mentre l'11,8% è proprietario di una abitazione: l'11,2% ha sottoscritto un mutuo per l'acquisto di un immobile e una ulteriore quota del 17,5% ha intenzione di sottoscriverlo in futuro. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.censis.it/277/372/5732/5782/5796/5797/content.ASP> - 23.03.2006

L'INCA Cgil sulle questioni aperte per gli italiani all'estero

Sull'assegno sociale

Della necessità di istituire una prestazione a carattere assistenziale, a favore cittadini italiani all'estero che si trovano in condizioni di indigenza e che non possono usufruire di analoghi trattamenti nei Paesi di residenza, se ne è cominciato a parlare nel lontano 1975, alla I^a Conferenza Nazionale dell'Emigrazione.

Se da un lato molti emigrati italiani residenti all'estero usufruiscono di pensioni integrate al trattamento minimo italiano e/o di una maggiorazione sociale sulle loro pensioni, molti altri non potendo far valere in Italia alcun periodo di contribuzione previdenziale, in virtù della legislazione attualmente vigente in Italia non hanno diritto ad alcuna prestazione previdenziale od assistenziale.

Come è noto infatti la pensione sociale e l'assegno sociale italiani sono prestazioni legate alla residenza in Italia e quindi non esportabili né erogabili all'estero. Sebbene ci sia una teorica concordanza tra tutte le forze politiche in Italia sull'opportunità di istituire una prestazione assistenziale a favore degli italiani residenti all'estero fino ad ora le promesse non si sono mai trasformate in fatti concreti.

Noi dell'Inca ci siamo sempre battuti affinché i nostri interlocutori, di qualunque schieramento politico, tenessero fede ai loro impegni. Recentemente, abbiamo consegnato al Governo 50.000 firme raccolte in America Latina, a sostegno dell'ASSEGNO DI SOLIDARIETA'.

Vogliamo ribadire con forza e serietà il nostro impegno affinché ai cittadini italiani i quali vivono l'emigrazione in una situazione di vero disagio economico, sia concesso un assegno assistenziale di solidarietà al fine di garantire una sussistenza dignitosa.

Voglio comunque ricordare che sul fronte legislativo l'Ulivo nell'ambito della discussione parlamentare per la Finanziaria del 2004 aveva proposto, alla Commissione Bilancio della Camera, un emendamento volto a introdurre l'assegno di solidarietà per i cittadini italiani residenti all'estero che si trovino in disagiate condizioni socio-economiche. L' INCA fu protagonista della proposta.

Con questa iniziativa l'Ulivo aveva dato una prova concreta che il centrosinistra è impegnato decisamente su una politica di solidarietà a favore dei cittadini residenti all'estero più disagiati e delle comunità italiane nel mondo. La proposta legislativa era semplice. (Assegno di solidarietà per cittadini anziani residenti all'estero)

1. Ai cittadini italiani ultrasessantacinquenni, che si trovano in disagiate condizioni socio-economiche secondo quanto stabilito dal comma 3 e risiedono all'Estero è erogato dall'INPS un assegno mensile di solidarietà di Euro 123,00.

2. Sono considerati in disagiate condizioni socio-economiche i cittadini ed i soggetti loro equiparati non coniugati, il cui reddito annuo personale è inferiore ad Euro 3.000 ed i cittadini coniugati, se il loro reddito personale, cumulato con quello del coniuge, non raggiunge l'importo annuo di Euro 5.000. Qualora i redditi posseduti risultino inferiori ai limiti di cui al presente comma, l'assegno è corrisposto in misura tale da non comportare il superamento dei limiti stessi.

3. Gli importi suindicati sono maggiorati di 1.000 Euro per ciascuna altra persona a carico del beneficiario, la quale sia minore di anni 18 o totalmente invalida e sprovvista di reddito.

4. Per il computo del reddito sono da prendere in considerazione i redditi di qualsiasi natura, escluso il solo reddito dell'immobile utilizzato per l'abilitazione principale.

5. Per l'accertamento del reddito si applicano le procedure previste per l'erogazione dell'assegno di cui all'art. 49 della Legge n. 289 del 27.12.2002."

L'assistenza dei Consolati

Infine vale la pena sottolineare che i nostri Consolati gestiscono già dei fondi di assistenza agli indigenti, e sono loro che - insieme con i patronati e le associazioni dell'emigrazione - conoscono la situazione locale e possono valutare il fabbisogno degli eventuali aventi diritto.

Riteniamo quindi improrogabile un rafforzamento dei capitoli di spesa utilizzati dai Consolati per l'assistenza di quanti si trovano in stato di bisogno continuativo. Anche questa iniziativa, insieme all'assegno, dovrebbe rappresentare un

ulteriore passo per far sì che la protezione straordinaria e occasionale si trasformi invece una vera fonte di sostegno sistematico.

/.../

Sull'attacco del governo alle convenzioni bilaterali di sicurezza sociale stipulate dall'Italia.

Un attacco sconcertante è stato lanciato dal Governo Berlusconi contro le Convenzioni bilaterali di sicurezza sociale stipulate dall'Italia. Il Sottosegretario agli esteri Margherita Boniver ha infatti recentemente sottolineato alla Commissione esteri della Camera "l'esigenza di riconsiderare la questione degli accordi di sicurezza sociale in maniera approfondita e complessiva, per evitare queste enormi spese a carico dell'erario" e che quindi "sembra opportuno avviare una riflessione sulla possibilità di operare una modifica delle attuali Convenzioni che consenta il cumulo solo dal 1996, anno in cui è stata introdotta la pensione contributiva e non più retributiva".

La gravissima affermazione è stata fatta in risposta ad una risoluzione presentata dai deputati DS Valdo Spini e Alfiero Grandi "volta ad impegnare il Governo a ratificare ed attuare, sia pure gradualmente sulla base delle risorse reperite, i contenuti delle Convenzioni fra l'Italia, il Cile, il Brasile e il Canada in materia pensionistica".

Sembra impossibile che un importante esponente di questo Governo, sottosegretario presso un Ministero che ha la prerogativa di proporre e coordinare le trattative per la stipula di convenzioni mirate a tutelare i diritti dei nostri connazionali all'estero, non si renda conto delle implicazioni pratiche che una proposta del genere potrebbe avere su tali convenzioni che verrebbero così vanificate perché, come tutti sanno ad eccezione di questo Governo, i nostri emigrati fanno quasi TUTTI valere una contribuzione in Italia antecedente al 1996.

Praticamente nessuno italiano emigrato avrebbe più diritto alla pensione italiana (ma anche estera) in convenzione visto che – se venisse attuato il progetto annunciato dalla Boniver – non potrebbe più utilizzare i contributi versati in Italia fino al 1996 al fine della totalizzazione con i contributi versati all'estero.

Il sottosegretario Boniver esclude anche la possibilità di stipulare nuovi accordi e rinnovare quelli vecchi perché "gli accordi di sicurezza sociale, conclusi non solo con i Paesi sopra richiamati ma anche con la Nuova Zelanda ed il Marocco (anch'essi, secondo la Boniver, con un notevole costo a carico del bilancio statale), sono iscritti, trattandosi di ratifiche di accordi internazionali, a carico della tabella «A» del Ministero degli Affari esteri, che, essendo stata fortemente ridotta dall'ultima legge finanziaria, non è allo stato attuale in grado di fornire la richiesta copertura".

Insomma il quadro che emerge in merito alla sicurezza sociale dei lavoratori emigrati ci illustra una situazione allo sfascio, caratterizzata da un drammatico ridimensionamento di tutto il sistema di tutela dei diritti previdenziali degli italiani all'estero: abbiamo infatti più volte denunciato le numerose leggi penalizzanti introdotte negli ultimi anni, il ridimensionamento del settore dell'Inps che si occupa delle pensioni per gli emigrati, il disinteresse della politica per i bisogni sociali dell'emigrazione, il tentativo da parte di questo Governo di eliminare i patronati, la totale inattività Ministero degli Esteri nell'ambito della sicurezza sociale in regime internazionale.

Ora le affermazioni del sottosegretario Boniver completano il percorso di smantellamento della tutela sociale degli emigrati italiani: esse sono di una particolare gravità. Nel corso della campagna elettorale siamo chiamati ad una grande e decisa mobilitazione a difesa dei diritti acquisiti e in via di acquisizione del mondo dell'emigrazione, così duramente colpito.

/.../

Come se tutto ciò non bastasse, la legge di riforma dei Patronati, recentemente approvata, e che prevede l'attuabilità di Convenzioni tra il Ministero degli Esteri e i patronati per migliorare i servizi che lo Stato italiano eroga all'estero ai nostri connazionali emigrati, non è stata mai onorata. Infatti nonostante la corrispondenza degli obiettivi e l'assonanza di opinioni sulla necessità di stipulare tali Convenzioni, fino ad ora il Ministero degli Esteri non ha corrisposto alle aspettative dei patronati italiani operanti all'estero e quindi a quelle delle nostre collettività.

Malgrado ciò abbiamo stipulato alcuni accordi di collaborazione con i Consolati: Barcellona, Lima, Caracas, San Paolo. [TOP](#)

Fonte: www.alef-fvg.it/articoli/2006/05feb.htm - 05.02.2006

Iran: Francia e Gb non rispettano diritti umani per rifugiati ed immigrati

Il ministero degli esteri iraniano, attraverso una nota inviata alla presidenza dell'Unione europea, ha criticato le violazioni dei diritti dell'uomo di cui sono colpevoli la Francia e la Gran Bretagna. In particolare si biasima il "trattamento dei musulmani e degli studenti musulmani in questi due Paesi".

Teheran chiede a Parigi e Londra "di adottare misure efficaci per impedire nuove violazioni dei diritti dell'uomo". La critica arriva a meno di una settimana dalla riunione del Consiglio dei diritti dell'uomo dell'Onu, dove l'Iran potrebbe essere oggetto di critiche.

L'Iran, facendo riferimento alle violenze delle banlieue, ha espresso in particolare la sua "preoccupazione e il suo rammarico per la esecrabile situazione sociale e legale in Francia". Secondo Teheran, la Francia è responsabile

anche di una "disdicevole situazione nelle sue prigioni, violenze della polizia (tortura e persecuzione di detenuti) e politiche sbagliate verso gli immigrati".

Per quanto riguarda la Gran Bretagna, l'Iran giudica che "le violazioni dei diritti dell'uomo siano aumentate", in particolare sotto la giustificazione della lotta contro il terrorismo. Nella nota si condanna in particolare la "detenzione di individui senza che le accuse a loro carico siano notificate in termini ragionevoli" così come "le umiliazioni contro gli immigrati e i profughi". Teheran conclude chiamando l'Ue "ad applicare una pressione maggiore sull'Inghilterra perché migliori il suo bilancio sui diritti dell'uomo". [TOP](#)

Fonte: <http://www.aduc.it/dyn/immigrazione/noti.php?id=147032> - 13.06.2006

Brasil: migrante ganha mais que local e conterrâneo

Segundo estudo de economistas da USP, da FGV e da Universidade da Pensilvânia, renda é 8,5% e 15% maior

Maeli Prado

Pela primeira vez, o senso comum que diz que o migrante é um vencedor, ao ter êxito apesar das adversidades próprias de ganhar a vida longe da terra natal, encontra respaldo acadêmico no Brasil.

Um estudo publicado na última revista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério do Planejamento, mostra que quem migra ganha, em média, 8,54% mais do que o não-migrante que mora no seu Estado de destino (do migrante). Na comparação com o seu conterrâneo, que permaneceu no Estado de origem, o migrante ganha 15,07% mais, segundo os dados da pesquisa "Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil", dos economistas Enestor da Rosa dos Santos Júnior,

da Universidade da Pensilvânia, Naércio Menezes Filho, da USP (Universidade de São Paulo) e Pedro Cavalcanti Ferreira, da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Para conseguir fazer a relação entre as rendas do migrante e do chamado não-migrante, os economistas, que usaram dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, calcularam os pesos que vários fatores (como escolaridade, gênero, raça, faixa etária e situação trabalhista) podem ter para influenciar uma renda maior ou menor dos trabalhadores. A partir desses cálculos, o peso de cada um desses fatores foi excluído na hora de comparar a renda dos dois grupos, de forma que a única

diferença levada em consideração fosse o fato de que um dos grupos migrou e o outro não.

De acordo com as conclusões dos pesquisadores, a explicação mais forte para a diferença salarial que aparece nos dados a favor do migrante é que este faz parte de um grupo "positivamente selecionado". Ou seja, quem migra é, na média, mais apto, motivado, empreendedor ou ambicioso.

"Há um risco muito grande na migração, porque o destino é um ambiente mais hostil do que sua casa. O fato de que nesse ambiente o migrante já estaria saindo um pouco em desvantagem, e mesmo assim na média ganha mais, é um forte indicativo de que ele, de alguma forma, é mais habilidoso, tem mais força de vontade", diz Ferreira, da FGV. "Essa seria uma característica que o leva a migrar", completa o economista.

"O interessante é que, além de ganhar mais do que o não-migrante do seu Estado de origem, o migrante também ganha mais que o não-migrante do seu Estado de destino", afirma Menezes Filho, da USP.

Significa dizer, apenas como exemplo, que o baiano que veio para São Paulo ganha 15,07% mais, na média, do que o baiano que ficou na Bahia. E ganha 8,54% mais também que o paulista que permanece em São Paulo.

Escolaridade menor

Outro ponto citado no estudo para reforçar a tese de que os migrantes são "positivamente selecionados" é que eles, na média, possuem escolaridade menor do que os que não migraram. Nesse caso, os economistas usaram dados gerais, não "filtrados", que apontam que cerca de 56% dos migrantes ganham mais do que R\$ 8 por hora. O percentual dos não-migrantes cuja renda é maior do que essa é menor, de 49,4%.

Ao mesmo tempo, números também não "filtrados" mostram que 57% dos migrantes estudaram menos do que oito anos, contra 53,7% no caso dos não-migrantes. "É uma aparente contradição, pois mesmo tendo menor escolaridade eles têm salários maiores, na média. Esses dados reforçam a tese da seleção positiva", afirma Cavalcanti.

Estados Unidos

O estudo dos economistas brasileiros, que dá força à tese de que o migrante é mais motivado e empreendedor do que o não-migrante, é semelhante a trabalhos realizados anteriormente por pesquisadores americanos. Estes chegaram à conclusão de que as pessoas que moram nos EUA, mas vieram de outros países, são mais aptas e ambiciosas do que os que nasceram em solo norte-americano.

Uma preocupação citada no trabalho dos brasileiros, que aparece também em estudos americanos, é a influência que a migração exerce sobre a distribuição de renda no país: o fato de trabalhadores mais aptos irem para outros Estados poderia acentuar a desigualdade de salários no país.

Um estudo realizado recentemente sobre esse tema por Cezar Augusto Santos, mestrando da FGV em economia, sugere que a migração, na verdade, melhora a distribuição de renda no país. "Os dados mostram que esse efeito pode acabar sendo balanceado pela redução dos salários nas cidades que são destinos de migrantes devido à oferta maior de mão-de-obra", diz Santos. Cerca de 20% da população brasileira é migrante. Boa parte do fluxo migratório é dos que nascem nos Estados do Nordeste para os do Sudeste, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. O Estado com o maior percentual de migrantes é a Paraíba: mais de 40% dos paraibanos vivem em outros Estados.

Cariocas ganham mais

Segundo o estudo publicado pelos economistas, os migrantes cariocas são os que ganham mais (22,53%) em relação aos trabalhadores não-migrantes do Estado para o qual migraram. Em seguida vêm os migrantes paulistas, com 14,08% a mais.

O sergipano também ganha mais em relação ao trabalhador não-migrante que reside no Estado que ele escolheu para morar: sua renda média é 9,21% maior. Nos casos dos cearenses, baianos, paraibanos e pernambucanos, esses percentuais são de, respectivamente, 8,65%, 7,33%, 8,2% e 7,8%.

Os migrantes do Maranhão são os únicos que aparecem com salários menores do que o restante dos trabalhadores residentes no seu Estado de destino: ganham, em média, 4,08%

menos. Apesar do fluxo migratório ocorrer, em geral, dos Estados mais pobres para os mais ricos, um movimento mais recente é o dos gaúchos e dos paranaenses que vão para

Estados como Piauí ou Rondônia, atraídos pelas novas fronteiras agrícolas. [TOP](#)

Fonte: www1.folha.uol.com.br/online -12.02.2006

De volta para casa

Crise do calçado (2) - Na segunda reportagem da série que mostra as dificuldades da indústria calçadista no Vale do Sinos, conheça histórias de quem está deixando a região por causa do desemprego

Mauro Graeff Júnior

Em um caminhão pago pela prefeitura vão embora de Novo Hamburgo, quase todos os dias, sonhos de famílias inteiras. Gaúchos que saíram do Interior para o Vale do Sinos em busca de trabalho agora são obrigados a fazer o caminho inverso empurrados pela crise no setor coureiro-calçadista.

Sem emprego nas fábricas da região, o jeito é encaixotar a esperança e tentar recomeçar a vida longe de um dos principais pólos industriais do Brasil. Não há números dessa emigração, mas os dados do projeto Retorno às Origens, criado pela prefeitura de Novo Hamburgo, dimensionam o êxodo. Em um ano, 150 mudanças foram custeadas pelo município, quase todas de desempregados da cadeia calçadista.

Para fugir da crise, a maior parte quer retornar ao município de origem. Mais de 80% são parentes de agricultores dispostos a voltar a plantar para sobreviver, grande parte na região norte do Estado.

- Geralmente as pessoas estão indo com algo melhor do que aqui. Muitos estão desempregados, pagando aluguel e longe dos familiares - explica o sociólogo e secretário municipal de Habitação de Novo Hamburgo, Leandro Larsen.

Dono do caminhão que faz as mudanças, o motorista João Euclides Andrade já perdeu as contas das histórias tristes que escutou nos últimos 12 meses. A cabine do caminhão virou um confessionário de quem volta para casa carregando na bagagem uma mistura de decepção com expectativa de dias melhores.

- Esses dias levei uma mulher desempregada com cinco filhos que não tinha dinheiro nem para

comida. Tive que ajudar a pagar o lanche das crianças - lembra Andrade.

Após 30 anos na indústria calçadista, Arlindo Valandro, 52 anos, está indo trabalhar na agricultura em Miraguaí, no noroeste do Estado. Em janeiro, engrossou a lista de dispensa da empresa onde atuava em Novo Hamburgo. Perto de se aposentar, conta que não viu crise tão extensa como esta:

- A coisa aqui está difícil. Estou desde janeiro de braços cruzados. Já procurei emprego, mas não tem - lamenta, enquanto arruma as coisas e espera pelo caminhão.

Como funciona o projeto: a pessoa deve morar em Novo Hamburgo e estar desempregada; na Secretaria de Habitação, preenche um pedido, com o número de integrantes da família e para onde quer ir; é preciso comprovar que não tem condições de pagar a mudança e que tem emprego ou moradia na cidade de destino; depois disso, um funcionário visita o interessado para comprovar as informações prestadas no formulário; a prefeitura custeia mudanças para todo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O destino das famílias: Norte: 31- Noroeste: 29 - Sul: 11 - Metropolitana: 11 - Santa Catarina: 9 - Vale Paranhana: 8 - Central: 8 - Serra: 7 - Litoral: 7 - Vale do Taquari: 6 - Paraná: 4 - Vale do Caí: 2 (Há famílias que aproveitaram carona no caminhão para a mesma cidade. Essas mudanças não constam nesses números). Desempregados da indústria calçadista no Vale do Sinos há um ano e sem perspectivas, Janete e o marido, Antônio, decidiram retornar à

agricultura na Região Noroeste Solução está na lavoura

Sentada sobre caixas de papelão, Janete Madalena Cardoso, 32 anos, não via a hora de o caminhão encostar para levar a mudança.

- Estou ansiosa. Não quero voltar nunca mais para cá - desabafou, na última terça-feira, enquanto esperava sair de Novo Hamburgo para o interior de Alecrim, no noroeste do Estado.

Com o marido, Antônio Bem de Moura, 28 anos, deixou a agricultura há três anos para tentar a sorte nas fábricas de calçados. No começo, ficaram esperançosos. Conseguiram emprego, construíram uma casa de madeira junto ao terreno de um parente e compraram móveis.

Os efeitos da crise começaram a ser sentidos há cerca de um ano. Os dois foram demitidos. Decepcionados, sem conseguir colocação em outras fábricas, resolveram voltar para a lavoura e morar com os pais.

- A gente veio de lá por causa da seca. Chega aqui e tem o desemprego. É brabo. O jeito é voltar. Pelo menos, em Alecrim, a gente cria o bicharedo e planta. Comida praticamente não precisa comprar – destacou Moura, com o filho Kaue, um ano e três meses, no colo.

Alternativas para evitar mudanças

A cidade que sofreu um dos maiores golpes com a crise do setor coureiro-calçadista faz força para se reerguer. Enquanto o governo municipal tenta atrair empresas de outros setores, os cerca de

800 trabalhadores demitidos com o fechamento da Azaléia em São Sebastião do Caí buscam alternativas para não precisar sair do município.

Mas quem sempre trabalhou nas fábricas já pensa em fazer as malas atrás de trabalho. André Luís Schoeder, 32 anos, foi demitido, na quarta-feira, de uma indústria de Feliz. A mulher, Leonice Fritsch, 25 anos, já havia perdido o emprego com o fechamento da Azaléia, em dezembro de 2005.

- Se eu não conseguir nada aqui, vou ter que ir embora. Já pensei até em ir para a Bahia. Há vários colegas meus com essa idéia em mente - conta Schoeder, que desde a adolescência trabalha em fábricas de sapato.

Depois de revirar indústrias da região em busca de emprego, José Maurício Alves, 41 anos, também pensou em sair do Rio Grande do Sul. Demitido da Azaléia dois meses antes do fechamento, ficou até fevereiro sem trabalhar. Foi então que resolveu arriscar e montou uma sapataria no bairro Vila Rica, em São Sebastião.

- Eu não sabia mais o que fazer. Resolvi investir na única coisa em que sei trabalhar, que é com sapato - justifica.

Além dos consertos, Alves e a mulher Rosana também produzem calçados artesanalmente. Ambos têm esperança de se manter com a sapataria para não precisarem procurar trabalho em fábricas fora do Estado. [TOP](#)

Fonte: www.zh.clicrbs.com.br – 22.05.2006

Nordestinos deixam SP e migram de volta

Luciana Constantino

Consolidado nas últimas décadas na posição de Estado que recebia o maior volume de migrantes, São Paulo já não é mais tão receptivo aos nordestinos como nos anos 80 e 90. O reflexo disso é que, pela primeira vez, houve em 2004 mais pessoas deixando o Estado rumo ao Nordeste do que fazendo o caminho inverso.

Em números, significa que ele "perdeu" cerca de 457 mil pessoas para o Nordeste (a maior parte

tem até 45 anos) e recebeu outras cerca de 400 mil da região. Alguns dados explicam o que está sendo chamado de "migração de retorno". Com uma escolaridade média de 7,1 anos --bem abaixo dos migrantes de outros Estados e dos paulistas--, os nordestinos que vivem em São Paulo nos últimos cinco anos enfrentam taxa de desemprego de 18,3%, praticamente o dobro da média nacional. O índice é maior até que os

12,5% entre os residentes no Nordeste vindos de São Paulo.

E, se superada a dificuldade em conseguir emprego, o nordestino normalmente preenche uma vaga com salário baixo. Um terço trabalha na construção civil ou em serviços domésticos. Além disso, 67% ganham até um salário mínimo, hoje em R\$ 350.

A conseqüência disso é a volta para a região de origem de chefes de família com seus filhos e cônjuges, sendo a maioria jovens.

"Ao invés do que se imagina, não são os idosos, mas sim os jovens que estão voltando. É claramente um problema de inserção no mercado de trabalho", diz o pesquisador Herton Ellery Araújo, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), responsável por esmiuçar os dados.

"A diferença de oportunidades no Nordeste e em São Paulo antes era tão grande que qualquer coisa atraía o nordestino. Hoje ele já pára para pensar, porque São Paulo não está tão receptivo."

A redução de oportunidades em São Paulo havia sido detectada, por exemplo, pela economista Sônia Rocha, do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade). Pesquisa feita por ela apontou aumento na proporção de pobres na região metropolitana de São Paulo, com a inclusão de 214 mil pessoas na faixa de pobreza, indo no sentido contrário à tendência do país. A fraca geração de postos de trabalho e a alta do custo de vida estão entre as causas desse empobrecimento.

Já as oportunidades de emprego e qualidade de vida no Nordeste, apesar de ainda ficarem abaixo do Sul e do Sudeste, melhoraram nos últimos anos, com programas de transferência de renda e abertura de empresas, por exemplo.

A novidade do trabalho do pesquisador do Ipea é apontar as características desses migrantes. Araújo usou os números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2004, a última divulgada pelo IBGE, para fazer essa análise. Comparou também com os migrantes que já voltaram ao Nordeste há cinco anos.

Detectou que a maior parte dos que retornaram tem até 45 anos, ou seja, são pais levando junto

os filhos jovens. A escolaridade também é menor -6,4 anos de estudo. "Os grupos de menor escolaridade não conseguem se enquadrar. Têm dificuldades para achar vaga no mercado de trabalho e acabam voltando", diz.

Quando voltam, porém, conseguem ocupar mais vagas na indústria do que os residentes no Nordeste há mais de cinco anos. "Ao migrar, eles aprendem mais. Talvez tenham até mais condições de serem empreendedores do que os que ficaram", avalia.

Segundo ele, outro fator que pode estar contribuindo para a "migração de retorno" são políticas adotadas por prefeituras dando dinheiro ou passagem para que o migrante volte à sua cidade.

Para mostrar os principais fluxos migratórios do país, Araújo usou um mapa montado pelo demógrafo José Marcos Pinto da Cunha, do Núcleo de Estudos de População da Unicamp. Por meio dele, é possível detectar que a migração entre os Estados do Nordeste também é alta. A partir desse novo quadro migratório, é possível constatar uma redistribuição regional da população pobre.

Estados como Maranhão e Roraima, por exemplo, registraram aumento de 13% e 32%, respectivamente, da população pobre, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social. Em contrapartida, Santa Catarina e Paraná tiveram queda de 21% e 20%.

Esse novo quadro, inclusive, está levando o governo federal a discutir internamente as estratégias do Bolsa-Família, que repassa hoje de R\$ 15 a R\$ 95 mensais a 9 milhões de famílias. Chegará a 11,1 milhões até junho, perto da meta inicial, porque houve reajuste de R\$ 100 para R\$ 120 no limite de renda por pessoa para que uma família seja incluída no programa.

Custo de vida

A baiana Leide Bárbara da Silva, 25, sonhava em melhorar de vida, mas "quebrou a cara", como ela própria define. "A vida aqui é difícil. Todo mundo fala que é a terra da oportunidade, mas não é não", diz ela, que morava em Ubatuba (no litoral norte de SP). Na sexta-feira, ela voltou para o Nordeste com o marido, o eletricitista Wellington Ribeiro, 36. Decepcionada, Leide diz

que não vem mais para São Paulo. "O dinheiro que ganhamos lá [na Bahia] dá para viver. Aqui o custo de vida é muito alto", afirma. O marido, que morou 15 anos entre os paulistas, conta que chegou a viver bem no Estado. Comprou casa e pagou escola particular para

dois filhos. "Depois de um tempo, começou a faltar emprego. Tive de trabalhar como autônomo e ficou difícil sobreviver." [TOP](#)

Fonte: www.folha.uol.com.br - 23.04.2006

Justiça manda usina cuidar da saúde dos cortadores de cana

Marcelo Toledo

A Justiça Federal de Araraquara concedeu liminar que obriga sete usinas da região de Ribeirão Preto a repassar pelo menos 1% do seu faturamento ao PAS (Plano de Assistência Social), que visa dar apoio aos trabalhadores rurais e suas famílias. A decisão foi tomada após ação do Ministério Público Federal e é a primeira do tipo envolvendo usinas da região de Ribeirão Preto.

O PAS dá apoio logístico, por exemplo, às famílias e aos trabalhadores migrantes do Nordeste ou do Vale do Jequitinhonha que chegam às cidades para trabalhar nas usinas. Os programas de ajuda incluem as áreas de educação, higiene e saúde, além do financiamento de cooperativas de consumo e de culturas de subsistência.

Apesar de ter sido instituído por uma lei federal de 1965, o PAS deixou de ser repassado pelas usinas após a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), em 1990.

O plano estipula a aplicação de pelo menos 1% sobre o preço de cada saco de açúcar de 60 quilos produzido, da tonelada de cana-de-açúcar entregue por fornecedores e lavradores à usina ou de 2% sobre o valor oficial do litro de qualquer tipo de álcool produzido nas destilarias nos programas assistenciais para trabalhadores.

A ação atinge as usinas Santa Luiza, Corona, Irmãos Malosso, Maringá, Santa Fé, Zanin e Santa Cruz. As usinas alegam que, com a extinção do órgão e, posteriormente, o fim do preço oficial do combustível, elas estão desobrigadas de cumprir o repasse. 'Não é porque um órgão foi extinto que a lei deixou de existir', afirmou a procuradora da República Eloisa Helena Machado, autora da ação.

Segundo a decisão do juiz Leonardo Estevam Zanini, da 1ª Vara Federal de Araraquara, a União tem que fiscalizar em 90 dias se o plano está sendo cumprido. Em caso de descumprimento, há multa diária de R\$ 10 mil.

O porta-voz das usinas Maringá, Zanin e Santa Cruz, João Pereira Pinto, 53, afirmou que as usinas vão recorrer da decisão judicial. Na Santa Fé, os diretores participavam de um curso e não poderiam comentar. O gerente de indústria da Irmãos Malosso, Paulo Katayama, indicado para falar sobre o assunto, não estava na usina. A Folha não obteve contato com as outras usinas.

[TOP](#)

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107861.shtml> - 20.05.2006

EUA: Secretário de Comércio defende que trabalhadores temporários vão ajudar o crescimento econômico.

A implementação de um programa para trabalhadores hóspedes é um dos fatores chave para que os Estados Unidos continuem seu crescimento econômico, afirmou em Denver o secretário de Comércio, Carlos Gutiérrez.

Ele lembrou que os Estados Unidos são a economia de maior crescimento no mundo industrializado, e que há mais norte-americanos trabalhando hoje do que em qualquer outro período da história. “O desemprego está baixo, a renda familiar anual continua subindo, cada vez mais famílias são proprietárias de suas casas, e a produtividade continua crescendo”, disse Gutiérrez. Por isso mesmo, segundo ele, “estão sendo criados muitos empregos, e são os imigrantes que estão ocupando estas vagas”.

O secretário de Comércio acrescentou que o país deve estar disposto a outorgar uma permissão temporária de trabalho para que os imigrantes possam vir trabalhar nos Estados Unidos. O programa de trabalhadores temporários é parte da reforma à Lei de Imigração proposta pelo presidente George W. Bush ao Congresso em 2004. O plano inclui vistos de trabalho por três anos, com direito a renovação para novos imigrantes e, também, para pessoas indocumentadas que residem no país (mas teriam que sair do território americano para reingressar legalmente).

De acordo com a proposta, os empregadores deverão demonstrar que nenhum cidadão dos EUA ou residente legal se dispôs a ocupar o posto de trabalho, ou tem os requisitos para ocupá-lo. O Senado federal poderá iniciar a discussão sobre o tema a partir de fevereiro. Por outro lado, Gutiérrez observou que o outro elemento importante para o contínuo crescimento da economia dos EUA são os

recentes acordos comerciais com a América Latina, uma vez que tais tratados, segundo ele, “criam uma área de oportunidades para os hispânicos vivendo nos Estados Unidos”.

“Há pessoas aqui que têm comércio onde o idioma falado é o espanhol, conhecem a clientela, conhecem a cultura e isso pode ser uma grande vantagem para abrir esses mercados”, comentou Gutiérrez, acrescentando que somente o livre comércio dará aos EUA o futuro e a prosperidade. “Esse não é o momento para pensar em isolamento e protecionismos”, acrescentou.

Gutiérrez lembrou ainda que o Tratado de Livre Comércio com a América Central (DR-CAFTA) é de suma importância, e acrescentou que a região esperou 25 anos para que houvesse democracia e estabilidade na América Central. “Não vamos esperar outros 25 anos para ter livre comércio”, concluiu.

Nascido em Cuba, Gutiérrez completou os estudos universitários em Administração de Empresas no México. Em 1975 ingressou na empresa Kellogg’s como representante de vendas e chegou a ser o presidente da companhia em 1999. Em fevereiro de 2005, assumiu o posto atual, sendo o primeiro hispânico a ocupar o cargo de secretário de comércio. [TOP](#)

Fonte:
http://www.gazetanews.com/local_noticia.php?cd_noticia=3508 - 19.01.2006

As “armas de luta” contra o trabalho escravo

A reforma agrária e o apoio à agricultura familiar são duas medidas fundamentais para reduzir a incidência de trabalho escravo em regiões altamente vulneráveis. A união de setores empresariais e parcerias com a sociedade civil também tem ajudado a combater o crime no país.

Marcel Gomes – Carta Maior

PORTO ALEGRE – Uma situação corriqueira observada por equipes de fiscalização e combate ao trabalho escravo em ações de libertação é a presença de cidadãos maranhenses entre as vítimas. Conforme dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do governo federal, o Maranhão é o principal “fornecedor” de mão-de-obra escrava.

Emigrantes do Estado menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, eles buscam em outras regiões, como fronteiras agrícolas em Goiás e Pará, oportunidades de emprego, ainda que precárias. Compreender as origens dessa situação de vulnerabilidade que leva os maranhenses a se tornarem presas mais fáceis para fazendeiros e gatos é um dos

objetivos de uma pesquisa que o professor Marcelo Sampaio Carneiro, da Universidade Federal do Maranhão, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realiza na “região dos cocais”, onde estão os vales dos rios Itapecurú e Mearim.

De acordo com relato do pesquisador no Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que ocorreu durante a Conferência da FAO, em Porto Alegre, essa região é um dos principais locais de origem de trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo no país. Dados da CPT indicam que dois municípios, Codó e Timbiras, estão entre as dez principais origens de trabalhadores resgatados em situação análoga à da escravidão no país.

Com o trabalho de pesquisa, Carneiro e sua equipe foram a campo para reconhecer quem são esses indivíduos que têm necessidade de migrar. Das 114 famílias entrevistadas, 71 (63%) disseram possuir algum membro trabalhando fora do município. Quanto à faixa etária, a situação civil e o sexo dos migrantes, 60,78% dos trabalhadores possuem entre 20-29 anos, 54,36% são casados (ou estão juntos) e 83,65% são do sexo masculino.

“O elemento central para a compreensão da disponibilidade desses trabalhadores é a situação vivenciada por suas famílias no local de origem, marcada pelo não-acesso aos recursos produtivos de que dispõe o município e pela carência de equipamentos públicos coletivos nas áreas da saúde e da educação”, explica ele. Timbiras, por exemplo, ocupa a posição 5421 do ranking da exclusão social dos municípios brasileiros – portanto, entre os cem de menor IDH.

É lá, na periferia urbana, que se encontra o principal espaço de exploração. Carneiro estima que a maior parte das famílias que residem há mais de dez anos nos bairros periféricos foi expulsa do campo no período em que ocorre a chamada “modernização conservadora” da agricultura no Maranhão, entre as décadas de 1970-80. Essa constatação expõe os limites de tantas interpretações que consideram o agronegócio como indicio de progresso e melhor plataforma para o desenvolvimento rural do país.

Houve o aumento exponencial do número de empresas agropecuárias incentivadas (via recursos da Sudene, da Sudam e de fundos setoriais como o Fiset, que alavancou projetos de reflorestamento na região) e a redução, através da expropriação total ou da queda da área de terra disponível, da produção camponesa. Isso se comprova pelos dados de estabelecimentos de até 50 hectares, que representam a esmagadora maioria dos estabelecimentos agropecuários (cerca de 92%), mas ocupam apenas 6,80% da área total.

Diante desse cenário, Carneiro defende que a reforma agrária é fundamental para a luta contra o trabalho escravo. Mas não com os pressupostos com que está sendo realizada hoje no Maranhão. Segundo ele, um dos dados que mais se sobressai quando se analisam os assentamentos é a redução progressiva da área média dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

“Ao longo dos últimos vinte anos de política de reforma agrária, verificamos que a área média dos projetos de assentamento decresce de forma significativa a cada quinquênio, tendo passado de 10.252 hectares entre 1985/89 para 3.404,6 hectares no período de 1995/1999”, explica. Isso, segundo ele, tem dificultado a reprodução da agricultura familiar, na medida em que filhos e parentes de assentados tem de migrar quando a relação entre tamanho do lote e número de pessoas atinge níveis desfavoráveis.

Cadeia produtiva e compromisso empresarial

O Seminário Internacional pôs em discussão diversas alternativas que têm sido utilizadas no Brasil para combater o trabalho escravo. Além do compromisso dos órgãos de fiscalização do governo e da mobilização da sociedade civil, foi uma avaliação comum de que é fundamental o engajamento de setores empresariais.

No ano passado, a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo marcou um momento importante desse compromisso. Grandes empresas brasileiras, de setores diversos como alimentação, têxtil e combustíveis, se comprometeram, entre outras coisas, a cancelar contratos de compra de fornecedores flagrados praticando o crime.

O acordo, costurado pelo governo federal e o Instituto Ethos, só foi possível graças ao trabalho da ONG Repórter Brasil, que, com apoio da Organização Internacional do Trabalho, realizou uma pesquisa sobre a cadeia produtiva do trabalho escravo, para descobrir quais empresas e conglomerados se beneficiavam da prática, desde a produção inicial até o varejo.

A pesquisa usou como base a chamada “lista suja”, que reúne empregadores condenados por uso de trabalho escravo. A maioria são empresários rurais do Norte e Centro-oeste brasileiros. “Usamos as duas primeiras listas sujas divulgadas, eram 98 fazendas, das quais 80% eram de pecuária e 10% de soja e algodão”, explica Leonardo Sakamoto, coordenador da organização.

Essa característica desperta, mais uma vez, a atenção para o modelo agrícola que está sendo priorizado nas novas fronteiras agrícolas do país. “O modelo de desenvolvimento da Amazônia brasileira é extremamente predatório, visando a maximização do lucro através do não-cumprimento das legislações trabalhista e ambiental. Isso indica que quem escraviza são agricultores que têm alta tecnologia e pautam seu negócio a partir da Bolsa de Chicago”, completa Sakamoto, com o alerta de que, se por um lado o agronegócio possibilita o surgimento do trabalho escravo, por outro a maior parte dele não está envolvida com a prática.

Após o mapeamento da cadeia, a Repórter Brasil descobriu que parte da carne produzida com trabalho escravo chegava a grandes frigoríficos brasileiros, que em seguida vendiam o produto para supermercados do porte de Wall Mart, Bom Preço e Pão de Açúcar. Alertados do problema,

essas redes, assim como grupos da cadeia do algodão e do álcool, firmaram o pacto e decidiram cancelar contratos de compra com fornecedores que mantivessem relações com produtores citados na lista suja.

A tática do boicote funcionou, mas não foi seguida por todas as empresas. Duas das maiores agroexportadoras do Brasil, as multinacionais Cargill e Bunge, que operam na cadeia da soja, não cortaram relações com fornecedores envolvidos com trabalho escravo. Para enfrentar esse tipo de situação, a Repórter Brasil apresentou uma proposta durante o seminário: taxar lucros e dividendos de empresas que, de alguma maneira, se beneficiam do trabalho escravo no país.

Outra experiência importante de união entre o setor empresarial e a sociedade civil para combater o trabalho escravo ocorreu no Maranhão, quando sete siderúrgicas se uniram para criar uma associação independente capaz de fiscalizar e orientar produtores de carvão vegetal, que alimenta os fornos de produção de ferro gusa.

Em agosto de 2004 nasceu o Instituto Carvão Cidadão, que trabalha junto a produtores de carvão para que eles cumpram a legislação trabalhista e não utilizem trabalho escravo. A iniciativa está ajudando a reduzir a incidência de trabalho escravo na cadeia da siderurgia do pólo Siderúrgico de Carajás, entre Maranhão e Pará.

[TOP](#)

Fonte:

http://agenciaportal.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10205 – 11.03.2006

Drain of 8m middle-class Filipino migrants doesn't bode well for the economy

More and more VIPs are arriving at Manila's airport. But they aren't movie stars or politicians. They're middle-class labourers.

These VIPs are actually OFWs, or the 10 percent of the population known as "overseas Filipino workers". Given how much the \$98 billion (R645 billion) economy depends on the cash they send to their families, it's not surprising OFWs would be treated like returning heroes. The government

is quick to call the 8 million doctors, nurses, engineers, domestic helpers and entertainers sending home \$10.7 billion a year - more than a tenth of the economy - the nation's secret weapon.

The hard currency supports banks, boosts telecommunications, retail, transportation and property sectors, and helps the government pay its debt. With the advent of globalisation and the internet, the country found something akin to oil within its borders: a young and growing English-speaking population. Among electrical equipment, garments, fruits, chemicals and other goods, people are by far its most lucrative export.

Aurelio Montinola, the president of Bank of the Philippine Islands, says: "Overseas Filipinos constitute our country's biggest comparative advantage in the borderless world of our time." He asserts the "Philippine miracle" will become "the standard for new mobile global order". But is that such a good thing? Should other developing nations encourage their people to move overseas to keep economies afloat?

In poverty-plagued nations such as the Philippines, many people have little choice but to work in Berlin, Hong Kong, Kuwait, Riyadh, Singapore, Tokyo or elsewhere, if their government does not create enough well-paid jobs at home. The problem is that migration on such a scale creates a potential brain drain. Young Filipinos deplete the labour pool when they move overseas. The exodus also relieves pressure on the government to provide decent jobs and higher living standards.

Just as leaders in oil- or diamond-rich nations have no incentive to create other industries to employ the masses, the Philippines is growing complacent amid all the cash flowing in from abroad. Remittances plug a rickety financial system and help the government service debt that swallows a third of the budget. With so much money coming in, why fix one of Asia's frailest economies?

It's a really bad sign when one of your biggest growth industries is expatriates. That hasn't dawned on politicians all too willing to facilitate the trend. The crisis in Philippine medical care alone should be enough to unnerve politicians. Since nurses earn more money in the US than doctors do at home, many leave. Eventually the

labour pool weakens. Government statistics show many teachers and airline pilots are bolting too. Surveys say countless more Filipinos, especially women, would leave if immigration laws in richer nations allowed it. The Philippines needs that talent to compete with China and India.

And there may even be a social cost from so many children being raised by extended families, instead of their mothers. In their 2003 book, *Global Woman*, Arlie Russell Hochschild and Barbara Ehrenreich explored that risk. "Each year, millions [of women] leave Third World countries for jobs in the homes, nurseries and brothels of the First World," they wrote. "This enormous transfer of labour results in a risky displacement, in which the same energy that flows to wealthy countries is subtracted from poor ones, easing a 'care deficit' in rich countries, while creating one back home."

The massive migration we're seeing from poor nations to rich ones is in its infancy. It will only accelerate as ageing populations from the US to Japan to Germany step up global recruitment efforts. The economic and cultural implications of this trend have yet to be adequately explored. In the case of the Philippines, the government has done a poor job of spreading the benefits of roughly 5 percent growth. A third of the nation's people still live on 60 US cents a day. President Gloria Arroyo isn't giving much confidence in the future.

The Philippines has great potential. If the government were to use today's growth to reduce the national debt and improve education, healthcare, roads, bridges, ports and power systems, the Asia-Pacific region's 14th-biggest economy would have a bright future.

Tell that to the millions voting with their feet and leaving the Philippines. The risk is that one of Asia's most promising economies will get trampled in the process. – Bloomberg [TOP](#)

Fonte:
<http://www.busrep.co.za/index.php?fSectionId=553&fArticleId=3275106> – 04.06.2006

Brain drain deprives Africa of vital talent

By Katie Nguyen

NAIROBI (Reuters) - Hundreds of young Africans crammed into rickety fishing boats, destitute and half-dead from hunger and illness, wash up onto European shores. Many others are found dead on the beaches. These images of desperate Africans trying to reach a "promised land" in the rich West make headlines. But thousands of others are quietly being welcomed through the front door.

It is estimated that some 20,000 skilled professionals are leaving the continent every year, depriving Africa of the doctors, nurses, teachers and engineers it needs to break a cycle of poverty and under-development. Oil and gas-producer Algeria has lost 45,000 of its academics and researchers over the past decade because of a war with Islamic insurgents and a poor scientific environment.

"We must find a way to reduce the brain drain. It is an open wound that infects our nation," President Abdelaziz Bouteflika has said. In some countries the rate of skilled migration exceeds 50 percent, the World Bank says, citing Cape Verde, Gambia, Seychelles, Mauritius and Sierra Leone.

Stymied by conflict, poverty, killer diseases and corruption, much of Africa is in no position to compete with richer countries that promise bigger salaries, better working conditions and political stability. "Most people want to and do plan to return home, but you have to ask yourself what are the opportunities? Is the future secure?," said David Orgut, a Kenyan who went to Britain to study nine years ago and stayed to work as a consultant in the construction industry.

"As it is, there are scores of university graduates struggling to find jobs in Kenya. Until the government begins to address the state of affairs in the job market, more and more migrants will prefer to stay abroad to seek employment."

Flight of intellectuals

While emigration is not a new phenomenon, its acceleration since the independence era of the 1960s has cost Africa dearly. Brain drain deals a double blow to weak economies which not only lose their best human resources and the money spent training them, but then have to pay an

estimated \$5.6 billion a year to employ expatriates.

Development experts say the talent drain not only undermines Africa's economic growth, but also damages prospects for political transformation. Repressive regimes persecute and drive away the political dissidents and intellectuals most likely to bring change. Experts say a deficit of thinkers and intellectuals slows Africa's progress towards good governance, greater democracy and improved human rights. "The political and social impact is bigger in the long run," Soumana Sako, executive secretary of the Harare-based African Capacity Building Foundation, told Reuters. "How can you talk of home-grown reforms if these intellectuals who should be at the forefront of change are leaving?"

Health crisis

Virtually every walk of African life is affected by migration -- from Ivorian soccer players signed up by wealthy European clubs to Kenyan pilots flying for foreign airlines. But the health sector is the biggest casualty. The World Health Organisation (WHO) says sub-Saharan Africa bears 24 percent of the global burden of disease including HIV/AIDS, malaria and tuberculosis. To face that challenge it has just three percent of the world's health workers.

Many doctors and nurses leave to work in countries like Britain, the United States and Australia, which are growing increasingly dependent on migrants to tackle staff shortages in hospitals and to cope with an ageing population. In Malawi, only 5 percent of physicians' posts and 65 percent of nursing vacancies are filled. In the country of 10 million, one doctor serves 50,000 people compared with the British ratio of one doctor for every 600 people.

A recent report on Zambia showed that about one-third of its doctors work abroad. British-based charity Oxfam says there is one doctor per 14,000 people in Zambia. Officials warn that unless the shortages are remedied, Africa will fail to reach goals set by the United Nations to halve poverty by 2015 and improve health services. "Our approach is that if you (the West) poach one, then

you must help us train four so that we can increase our numbers," said senior Zambian health ministry official Simon Miti. "If they don't help us train more workers, we will not reach the (U.N.) Millennium Development Goals on health," he told a meeting of African countries and donor aid agencies in Lusaka.

Reversing the brain drain

Despite the gloomy forecasts, analysts say the brain drain can be effectively tackled. Last year,

Britain launched a \$175 million aid initiative for Malawi to improve conditions for medical staff and mitigate the brain drain. The six-year program aims to double the number of nurses and triple the number of doctors. [TOP](#)

Fonte:

http://news.scotsman.com/latest_international.cfm?id=616362006 – 24.04.2006

International Migration Reduces Poverty In Developing Countries, But Results In Massive Brain Drain For Some, Says World Bank Study

WASHINGTON, October 24, 2005,—Migrants' remittances reduce poverty in developing countries, but massive emigration of highly-skilled citizens poses troubling dilemmas for many smaller low-income countries, a new World Bank research study finds.

International Migration, Remittances and the Brain Drain, a study produced by the Bank's research department, includes a detailed analysis of household survey data in Mexico, Guatemala and the Philippines---all countries that produce millions of migrants---which concludes that families whose members include migrants living abroad have higher incomes than those with no migrants.

"The studies show that remittances reduce poverty and increase spending on education, health and investment," said World Bank economist Maurice Schiff, who co-edited the book with Caglar Ozden, also an economist at the Bank. "The findings are consistent in all three country studies in this volume, and further studies are under way to see if they apply in other countries."

Close to 200 million people are living in countries other than the ones in which they were born, and remittances are estimated to reach about \$225 billion in 2005, according to a forthcoming World Bank publication, Global Economic Prospects 2006. This makes remittances the biggest source of foreign exchange in many countries and has major implications for strategies to reduce poverty in developing nations.

"In Mexico, the larger the share of households with migrants in a region, the more favorable the effect of increases in remittances on rural poverty," concludes one of the book's eight studies, by researchers Jorge Mora and J. Edward Taylor. And in Guatemala, says another chapter by Richard H. Adams Jr., remittances reduce the level, depth and severity of poverty. The greatest impact was on the severity of poverty, with remittances accounting for over half the income of the poorest 10 percent of families.

It is no accident that the main sources of migrants to Europe are from Africa and the Middle East, while the dominant source regions for migrants to the United States are from Mexico, Central America, and the Caribbean. Proximity to the destination country matters to potential migrants, the study says, especially those who are poor and unskilled, as it costs less to migrate to a nearby country than to a distant one. In addition, a chapter in the book by David McKenzie finds that the presence of migrant networks in the destination country encourages further migration, as they further reduce the cost of migrating, while also providing contacts needed to find jobs.

"As a larger share of the community migrates, migration costs fall and relatively poorer members are able to migrate, and to benefit from the larger network as well," McKenzie concludes.

On a larger scale, migration dramatically increases global economic output by enabling workers to move to locations where they are more productive, and as a result, earn much

higher wages than they would have in their developing home countries. A large portion of these economic gains accrues to the migrants and to their families back at home through the remittances they send.

“The household survey evidence presented in this book demonstrates a direct link between migration and poverty reduction in the countries studied,” said François Bourguignon, the World Bank’s Chief Economist and Senior Vice President for Development Economics. “It is groundbreaking work that is essential to sound policymaking in this area.”

While remittances increase incomes and reduce poverty, the book shows that their impact—and the impact of migration, more broadly—on education differs between Mexico and Guatemala. In Guatemala, (both rural and urban) households receiving remittances spend relatively more on education, and proportionately less on day-to-day consumption. But in rural Mexico, children in migrant families acquire less education than the non-migrants, probably because they aim to follow their parents’ example and migrate to unskilled jobs in the U.S., for which more education is neither necessary nor rewarded.

Brain drain: a complex picture

While the data and analysis on migrants’ remittances highlight migration’s positive impact on development, a more complex picture emerges when the study’s focus shifts to the educated migrants from developing countries, the so-called “brain drain”.

A chapter by Frederic Docquier and Abdeslam Marfouk unveils the most comprehensive database to date, based on census and survey data from OECD countries, tracing a massive exodus of professionals from some of the world’s most vulnerable low-income countries. Eight out of ten Haitians and Jamaicans who have college degrees live outside their country. In Sierra Leone and Ghana, the same ratio is five out of ten. Many countries in Central America and Sub-Saharan Africa, as well as some island nations in the Caribbean and the Pacific, show rates of migration among professionals over 50 percent. This is in sharp contrast to much bigger countries such as China and India, from which only three to five percent of graduates are abroad, as well as

Brazil, Indonesia, and the former Soviet Union, which also have low migration rates among the educated.

Skilled emigration rates (selected countries)

Country Skilled emigration rate (%)

Guyana 89.0 – Jamaica 85.1 – Haiti 83.6 –
Suriname 47.9 – Ghana 46.9 – Mozambique 45.1
– Kenya 38.4 – Laos 37.4 – Uganda 35.6 - El
Salvador 31.0 - Sri Lanka 29.7 – Nicaragua 29.6

In Sub-Saharan Africa as a whole, although skilled workers account for just four percent of the region’s labor force, they account for 40 percent of its migrants. The data reveal that 20 percent of Sub-Saharan Africa’s skilled workers have migrated.

“These new data need to be analyzed in greater depth,” Bank chief economist Bourguignon said. “The massive scale of the brain drain in some countries points to complex challenges that need to be better understood in order to develop the right policies.”

The study’s co-editors suggest finding incentives that would reduce the loss of much-needed skills, possibly by increasing cooperation between sending and receiving countries on this front, and by introducing policies that boost potential income for these professionals in their home countries.

It has been said that the prospect of migration may actually increase the sending country’s level of education and welfare, by providing an incentive to people to seek more education in the hopes of boosting their employment options as migrants. This contention is challenged in the chapter by Schiff. “Our analysis shows only a small so-called ‘brain gain’, or increase in the average level of education in the sending country, due to anticipated migration.” This result is reinforced by Ozden, whose chapter points out that skilled migrants in the US often fail to obtain jobs that match their education levels. This indicates both differences in the quality of education and a “brain waste” due to difficulties faced by migrants in obtaining requisite licenses to practice in certain professions.

Not all migrant brains are “wasted” however. A chapter by Gnanaraj Chellaraj, Keith Maskus and Aaditya Mattoo examines the contributions of skilled migrants and foreign students to the

United States. It estimates that a 10 percent increase in the number of foreign graduate students raises patent applications in the U.S. by 4.7 percent, university patent grants by 5.3 percent, and non-university patent grants by 6.7 percent.

This World Bank research study will be complemented by the release in November of

Global Economic Prospects 2006, which examines policy options to increase the poverty-reducing impact of international migration and remittances. [TOP](#)

Fonte:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20694039~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html> – 24.10.2005

Investment In Agriculture Will Reduce Migration

More Investment In Agriculture Will Reduce Migration, Improve Urban Life: UN Agency

More investment by governments in agriculture and the right farm policies will help keep rural populations on the land, reduce migration, alleviate poverty and ease the pressure on urban centres by cutting pollution, crime and other social ills, according to the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO).

These and other conclusions come from a major FAO research programme aimed at analyzing the various roles played by agriculture in the societies and economies of developing countries and were made known as Europe and North America come under increased pressure from illegal migrant flows, the Rome-based agency said.

“Properly managed, agriculture can not only produce food but also have a positive impact in such areas as poverty alleviation, food security, population distribution, and the environment,” according to the Japanese-funded Roles of Agriculture programme, which was launched in 2000 and targeted 11 countries.

Addressing the problem of rural-to-urban migration, the FAO study notes that in the past 50 years some 800 million people have moved from the countryside to the cities. Large numbers have also migrated across borders from south to north and from east to west. The rural exodus looks like it will be gaining momentum as rapid economic growth in India, China and parts of Latin America draws growing numbers of country dwellers into urban centres. Rural dwellers currently represent over half – 60 per cent – of the population of developing countries. That share is expected to drop to 44 per cent by 2030 as millions more

head for the cities, according to a report by the Roles of Agriculture programme. The continuing exodus is clearly bound to have profound social, economic and environmental repercussions. But appropriate agricultural policies can do much to regulate the rate of rural out-migration and ease the pressure on urban centres, the report says. This translates into reduced pollution, congestion, crime and disease caused by over-crowded living conditions.

Advertisement

One reason why people move to the cities is in search of higher wages and the report says the governments can counter this by investing in education, and providing access to technology and physical and social infrastructure in rural areas so country dwellers could enjoy the same level of amenities as are available in towns.

However, Randy Stringer, the senior economist in charge of the FAO study, says that not only are governments and communities not investing enough resources in agriculture but they are also failing to appreciate the sector’s indirect, non-food, importance in the development process.

“Agriculture’s indirect contributions are not well understood, seldom analyzed in the context of development and rarely reflected in national and rural development policy formulation,” he said.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.scoop.co.nz/stories/WO0606/S00104.htm>
- 06.06.06

'A day without immigrants'

Laura Wides-Munoz

HOMESTEAD, Fla. -- Illegal immigrants and their allies gathered Monday for marches, prayers and demonstrations on a planned national day of economic protest, boycotting work, school and shopping to show their importance to the country.

Several thousand people marched in the rural city of Homestead, home to one Florida's largest Mexican immigrant populations and many major growers of fruits, vegetables and nursery plants.

Jose Cruz, 23, from El Salvador, said he took off the day from his construction job to attend the rally. "If I lose my job, it's worth it," said Cruz, who has a temporary work permit that is granted to many Central Americans. "It's worth losing several jobs to get my papers."

Others were working Monday but buying nothing as part of the economic boycott around the country. Some planned to attend protests during lunch breaks or after work. Church services, candlelight vigils and picnics also were planned. Grassroots organizers are protesting stricter immigration laws that are being debated in Congress, and they hope Monday's events will raise awareness about immigrants' economic power.

In Carmel, Ind., Jeff Salsbery said about 25 Hispanic workers skipped work at Monday at his landscaping company. "I'm not very happy this morning," Salsbery said. "We're basically shut down in our busiest month of the year. It's going to cost me thousands of dollars today."

Some big businesses were shutting down operations: Eight of 14 Perdue Farms plants will close; Gallo Wines in Sonoma, Calif., was giving its 150 employees the day off; Tyson Foods Inc., the world's largest meat producer, planned to shut five of its nine beef plants and four of six pork plants.

In Denver, El Centro Humanitario, a nonprofit set up to help day laborers, was closed Monday because its managers were helping organize a rally downtown expected to attract tens of thousands of people.

But there was little change at Labor Finders, a temporary office with several offices in the Denver area, spokesman Tim Kaffer said. "The people who come in here really can't afford to take a day off," he said. "Their daily pay just takes care of their hotel and food."

Thanks to the success of previous rallies plus media attention, planning for Monday's events, collectively called Un Dia Sin Inmigrantes — A Day Without Immigrants — is widespread, though fragmented.

In New Orleans, several thousand demonstrators attended a rally, carrying signs that read "Proud to rebuild" and "We come to work." Derrick Trundle, 29, of Metairie, La. said he sends money to his mother in Honduras every month. "We don't come here to do anything bad," Trundle said. "Just support our family because our country is so very poor."

In California, a spokeswoman for Republican Gov. Arnold Schwarzenegger said a boycott would "hurt everyone," while Democratic state senators passed a resolution supporting walkouts.

Los Angeles Mayor Antonio Villaraigosa urged students to stay in school and advised protesters against waving flags of their native countries. "You should wave the American flag," he said. "It's the flag of the country that we all are proud of and want to be a part of. Don't disrespect the traditions of this country."

Activists in Florida said many immigrants were concerned about recent federal raids, in which hundreds of immigrants with criminal backgrounds were rounded up in Florida and throughout the Midwest.

Opponents of illegal immigration spent the weekend building a fence to symbolize their support of a secure border. About 200 volunteers organized by the Minuteman Civil Defense Corps of California worked on a 6-foot barbed-wire fence along a quarter-mile stretch of rugged terrain near the U.S.-Mexico border about 50 miles east of San Diego.

In Pensacola, Fla., about a dozen anti-immigration protesters carried signs that read "Illegals Go Home" and "Enforce Immigration Laws."

Jim Moody said he does not support efforts to make illegal immigration a felony but is concerned about the drain on schools, hospitals and other resources that he believes illegal immigrants cause. "We've forgotten what the word 'illegal' means," he said.

Roberto Aguilar, an Atlanta construction worker originally from Mexico City, says he was fired after he marched at a demonstration last month. The 25-year-old, though, felt it was important to return Monday. "If we don't come out, they're going to paint us as criminals," Aguilar said. "We've only come here to earn money with the sweat of our brow."

Fonte:

<http://www.pantagraph.com/articles/2006/05/01/news/doc44561842c076c538019847.txt> - 01.05.06

La legalización afectaría los envíos de dinero a familias desde Estados Unidos

Desestima el líder de Canacinttra que la reforma dañe a migrantes; ganarán más, prevé

Eduardo Martínez Cantero

Con las reformas que se analizan en el Congreso de Estados Unidos, entre las que se incluye la posible legalización de 7 millones de trabajadores indocumentados, las remesas familiares podrían verse afectadas, pues al legalizarse, la prioridad de los migrantes será llevar a sus familias y establecerse en territorio estadounidense.

Jorge Durán, investigador del Departamento de Estudios sobre Movimientos Sociales de la Universidad de Guadalajara (UdeG), dijo en entrevista con La Jornada, que "en teoría sí se prevé que haya una afectación en el flujo de remesas, en el sentido de que todo aquel que se legalice va a reorientar el uso del dinero que gane por su trabajo, es decir, ya no querrá mandar tanto dinero a México, sino que lo utilizará para comprar una casa en Estados Unidos".

Asimismo, el experto en temas de migración señaló que la mayoría de los migrantes querrán llevar a sus familias "a cualquier costo, lo que significa que el dinero que mandaban lo invertirán en instalarse en territorio estadounidense", sin embargo, detalló Durán, "es difícil saber si las reformas van a producir un impacto, pues el proceso de legalización "no será automático, incluso podrían tardar dos años en lograr ser residentes".

De acuerdo con cifras del Banco de México, durante 2005 los trabajadores mexicanos enviaron al país más de 21 mil millones de

dólares, cifra que a marzo de este año asciende a 5 mil 187.5 millones de dólares.

Vía telefónica, Jorge Durán agregó que si bien el anuncio que fue considerado como "histórico" por el presidente Vicente Fox, es un primer paso, "lo más complicado está por venir", pues recordó que aún falta una segunda votación, "donde nos encontraremos con un sector ultraconservador que se opondrá a la legalización".

Lo que se aprobó el jueves es un avance hacia una ley migratoria que hace concesiones hacia los dos "bandos" que decidirán, subrayó el entrevistado, pues "por un lado se encuentran los ultraconservadores que piden muros, sanciones y represión, y por el otro, un sector más liberal que ve el problema de la seguridad fronteriza de manera diferente, no con muros ni con deportaciones, sino tratando de legalizar a aquellos que puedan comprobar que han trabajado, que son honorables y que han pagado sus impuestos".

El investigador afirmó que de ahora en adelante el gobierno de México tendrá que poner atención en dos puntos que no se han analizado a fondo, pues hasta ahora se habla de la posible legalización de un millón y medio de trabajadores agrícolas, de los cuales, 80 por ciento son de origen mexicano, pero hasta ahora "no entendemos en qué condiciones se hará este trámite"; lo mismo, añadió, ocurre con las 200 mil visas de empleo temporal.

"En este sentido, México tiene mucho qué decir, porque estamos enviando mano de obra, en ese caso, también debemos poner condiciones de este lado, el gobierno tendría que fijar las reglas", aseveró.

En el caso de las remesas, mientras se aprueba o no una reforma migratoria integral mantendrán su flujo normal, estimó Durán, sin embargo, "no hay que olvidar que el hecho de que haya la posibilidad de legalizar a 7 millones de migrantes, habla del fracaso total de la política foxista, y lo que ahora quiere hacer el Presidente es resolver un problema de México en Estados Unidos. Por ello lo mejor esperar y analizar lo que pasará en los próximos meses", apuntó.

"Responsabilidad nuestra"

Por otra parte, Cuauhtémoc Martínez, presidente de la Cámara Nacional de la Industria de Transformación, señaló que resulta "obvio" que aunque en Estados Unidos llegue a aprobarse la legalización de 7 millones de migrantes, en México se debe seguir trabajando para la creación de empresas e impulsar el desarrollo regional, sobre todo en los estados del sur, a fin de contratar al millón de personas que se incorporan cada año al mercado laboral.

"Definitivamente es una responsabilidad nuestra, como país, atender a esos trabajadores y ofrecerles empleos bien remunerados y con prestaciones para poder competir con Estados Unidos, a fin de hacerlos desistir de cruzar la frontera", dijo. Advirtió que "por más muros, barreras y guardias que Estados Unidos ponga, mientras exista la necesidad de nuestros connacionales, seguirán rompiendo estas barreras y pasando cualquier filtros".

Contra a las advertencias de organizaciones campesinas, de que se corre el riesgo de que disminuya su flujo de remesas con el endurecimiento de medidas migratorias, Martínez consideró que si la Cámara de Representantes aprueba la iniciativa del Senado, entonces los trabajadores mexicanos podrán aumentar sus percepciones al alcanzar la estancia legal, aunado a los ingresos que obtengan otros que se integren a los programas temporales de empleo.

[TOP](#)

Fonte:
<http://www.jornada.unam.mx/2006/05/27/007n1mig.php> -
27.05.2006

Analizan algunos estados de EU aplicar impuestos a las remesas

Con ello sufragaría el costo de los servicios públicos

Dallas. Legislaturas de varias entidades estadounidenses analizan aplicar un impuesto a transferencias de dinero al extranjero o remesas, para sufragar una parte del costo de los servicios públicos que utilizan los inmigrantes.

La gran mayoría de las transferencias internacionales de dinero las realizan los inmigrantes que al menos una vez al mes envían recursos para sus familias en México y otros países.

Las propuestas en las legislaturas de Texas, Arizona y Georgia sugieren que los inmigrantes sean los mismos que financien los costos que genera su atención en los hospitales públicos y en la prestación de otros servicios, e incluso el gasto por su encarcelamiento.

Las iniciativas sugieren que se cobre un impuesto que va de 0.5 por ciento hasta 8 por ciento de la cantidad enviada en cada una de las transferencias o giros.

Las transferencias internacionales realizadas a través de bancos estarían exentas de las cuotas, que se aplicarían sólo a los envíos a través de compañías especializadas. Estas propuestas se basan en la idea de que los indocumentados no pagan impuestos al recibir sus salarios en efectivo, algo que defensores de los derechos de los inmigrantes sostienen que es falso.

Muchos trabajadores indocumentados pagan sus impuestos al utilizar para registrarse en sus empleos números de Seguro Social prestados o falsos, aun cuando estos inmigrantes no tienen derecho a recibir beneficios públicos.

El impuesto a las transferencias constituirá una importante fuente de nuevos recursos para las entidades, si se considera que en 2005 los inmigrantes mexicanos en Estados Unidos enviaron a México 20 mil millones de dólares, y 96 por ciento de ellos se hicieron a través de transferencias o giros.

En Texas, la Cámara de Representantes analiza la iniciativa HB 2345, que impondría una cuota de 0.5 por ciento a todas las transferencias de dinero desde esta entidad hacia otro país. La propuesta, introducida por la representante demócrata de Corpus Christi, Vilma Luna, no avanzó durante la pasada sesión legislativa, pero será vuelta a someter a consideración durante el próximo periodo.

Una propuesta similar en Arizona, la HCR 2037, introducida por el representante republicano Russell Pearce, cargaría un impuesto de 8 por ciento al dinero que se envíe desde Arizona a otra nación.

De acuerdo con la iniciativa, el dinero sería utilizado para reforzar la seguridad fronteriza por parte del estado. En Georgia, la Cámara de Representantes aprobó en febrero pasado una propuesta para fijar un impuesto de 5 por ciento a las transferencias de dinero de indocumentados a sus países de origen.

Según la propuesta, que aún debe ser considerada por el Senado de esa entidad, las personas que puedan demostrar su residencia legal en Estados Unidos o que paguen impuestos en Georgia quedarían exentas de pagar el impuesto.

Activistas defensores de los derechos de los inmigrantes expresaron su oposición a la idea, al señalar que la cuota sería un impuesto injusto, aplicado principalmente a personas pobres que ya pagan altas comisiones a las compañías de transferencia de dinero.

"Los inmigrantes ya de por sí son extorsionados con las comisiones que pagan por las transferencias", indicó Jacob Monty, abogado laboral y asesor del consulado de México en Houston. "Se vería raro que el estado se alinee justo detrás de esto y cargue más a esta gente", agregó.

El senador estatal demócrata de Texas, Eliot Shapleigh, señaló que se opone fuertemente a estas propuestas. "En mi comunidad (El Paso), nadie que conozca está en favor de aplicar impuestos a los inmigrantes para construir muros", concluyó. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.jornada.unam.mx/2006/04/19/029n2mig.php> - 19.04.2006

La tierra árida, amenazada por el desierto

Kofi Annan insta a todos los países a cuidar las zonas secas para evitar más pobreza en el mundo

AGENCIAS - Madrid - Naciones Unidas celebra este año el Día Internacional del Medio Ambiente con un informe en el que alerta de que el cambio climático también es una amenaza para los desiertos del mundo. El secretario general de la ONU, Kofi Annan, ha hecho un llamamiento a todos los países para prevenir la desertificación de un planeta en el que ya son tierras áridas más de un 40% de su superficie. Durante la presentación del informe, Annan ha advertido de que la desertificación y la pobreza suelen ir de la mano. ¡No hagamos de las tierras áridas desiertos es el lema elegido por la organización internacional en el Año Internacional de los Desiertos y la Desertificación.

A pesar de que las tierras áridas no cubren todavía la mitad de la Tierra, albergan a casi 2.000 millones de personas, o lo que es lo mismo, la tercera parte de la población mundial. Para la mayoría de estos habitantes "la vida es dura y el futuro precario", al tratarse de sociedades que viven al margen en los ámbitos ecológico, económico y social. El secretario general de la ONU ha hecho hincapié en que la pobreza, la ordenación insostenible de la tierra y el cambio climático son factores que "están haciendo de las tierras áridas desiertos", fenómeno que conduce a la pobreza o la exacerba.

Entre las zonas más perjudicadas por este fenómeno, Annan cita el África subsahariana y el Asia meridional, donde la degradación de las tierras áridas es un grave obstáculo para la erradicación de la pobreza y el hambre extremas y pone en peligro los esfuerzos encaminados a asegurar la sostenibilidad del medio ambiente. Estos proyectos han sido incluidos en los llamados Objetivos del Milenio que "los gobiernos del mundo se han comprometido a alcanzar para 2015". El hecho de que la degradación de las tierras áridas sea un problema "quizá más agudo en África, la región menos desarrollada del mundo y la más vulnerable al cambio climático", ha llevado este año al Programa de la ONU para el Medio Ambiente (PNUMA) a elegir a Argel - capital de Argelia- como ciudad anfitriona de las celebraciones del Día Mundial del Medio Ambiente. De hecho, la geografía, la historia y la cultura de este país están "inextricablemente ligadas" al desierto del Sáhara, según el programa de Naciones Unidas.

Las evaluaciones de la ONU han puesto de manifiesto que más del 60% de los ecosistemas mundiales están deteriorándose o incluso se han degradado hasta el punto de que ya no se puede confiar en sus "servicios". En este sentido, la agencia de la ONU destaca que la desertificación y la sequía provocan pérdidas anuales de 42.000 millones de dólares en la producción de

alimentos en todo el mundo. Por encima de esta, el informe de la ONU sitúa el sufrimiento humano y las vidas perdidas debido al hambre y a la necesidad de abandonar las tierras que una vez eran productivas.

Motivo de conflictos

Annan también ha llamado la atención sobre el hecho de que hay un cúmulo cada vez más grande de pruebas de que la degradación de las tierras áridas y la competencia por recursos cada vez más escasos pueden llevar a las comunidades al conflicto.

A pesar de que el proceso de desertificación es difícil de invertir, sí que se puede prevenir: proteger y restaurar las tierras áridas no sólo "aliviara a las zonas urbanas", sino que "contribuirá a lograr un mundo más pacífico y más seguro", ha advertido Annan. Esta es la razón de que la ONU haya aprovechado la celebración del Día Mundial del Medio Ambiente, que este año marca además el décimo aniversario de la entrada en vigor de la Convención de Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación. [TOP](#)

Fonte:
http://www.elpais.es/articulo/sociedad/tierra/arida/amenazada/desierto/elpporsoc/20060605elpepusoc_7/Tes/ - 05.06.2006

Pobreza y escasez de empleos provoca migración de indígenas de Querétaro

Deben abandonar sus comunidades temporalmente en busca de ingresos

Mariana Chavez Corresponsal

Indígenas que migran a las principales ciudades de Querétaro para comercializar los productos artesanales que ellos mismos elaboran como única fuente de trabajo ante la carencia del mismo en sus comunidades de origen Foto Demian Chávez

Querétaro, Qro., 19 de mayo. Reyna Francisco Mónico es una indígena otomí, originaria de la comunidad de San Ildefonso, municipio de Amealco de Bonfil, quien con sus hijos de dos y cinco años viaja cada semana a la capital queretana a vender servilletas que ella misma

borda, ante la falta de una fuente de trabajo o de alguien que sustente a su familia.

Ante la escasez de empleo bien remunerado, Reyna Francisco es una de las cinco de cada 10 personas de la zona indígena de Amealco de Bonfil, donde habitan aproximadamente 22 mil personas de origen étnico, que emigran temporalmente a otras ciudades del estado, principalmente a la capital del estado, San Juan del Río y Tequisquiapan, y a otras partes del país en busca de un ingreso económico.

Sentada en el piso del andador 5 de Mayo, a un costado de la Casa de la Corregidora, en el Centro Histórico de esta ciudad, la mujer dice que en ocasiones paga 10 pesos para dormir con sus criaturas en un albergue, o bien pernocta en los portales de una tienda departamental, junto a otros indígenas de su municipio. Mientras borda una de las servilletas que vende en 30 pesos, explica que cuando bien le va vende hasta cuatro al día, pero que ese es el único sustento para alimentar a sus hijos.

"Más o menos sí se vende, hay veces ni se vende nada", expresa, y señala que, junto con otras personas que arriban a la capital queretana para ofrecer las artesanías que elaboran, lo que más temen son a los inspectores municipales, quienes les prohíben colocarse en algún punto del mencionado andador o plazas del centro de esta ciudad. En cuanto ven alguno, levantan sus puestos y se retiran para evitar que les sean decomisados sus productos, y posteriormente regresan al sitio para ofrecer sus artesanías.

El presidente municipal, Luis Franco Mejía, calcula que debido a la falta de empleo, 50 por ciento de la población indígena de esta demarcación viaja principalmente a las ciudades de Querétaro, San Juan del Río y Tequisquiapan, a vender sus artesanías, como bordados, tejidos, muñecas y productos de alfarería, entre otros.

Es una "tradición" que familias indígenas completas emigren para trabajar una temporada y después regresen a su comunidad para laborar en actividades agrícolas. Los hombres, dice, se emplean como albañiles o chalanos, las señoras expenden sus artesanías, mientras que los niños venden dulces, chicles o periódicos, o piden dinero en las calles. A veces se ve a las señoras y sus hijos en los cruceros.

Para contrarrestar ese flujo migratorio, relata, dependencias federales y estatales desarrollan proyectos productivos en esas comunidades. Pero aunque fue establecido en Amealco un corredor artesanal y una maquiladora que emplea a más de 2 mil personas, en su mayoría mujeres indígenas, no es suficiente para atender a los más de 22 mil indios que habitan en 37 de los 80 poblados de este municipio y que representan 39 por ciento de 58 mil 921 habitantes de esta demarcación.

La población indígena de Querétaro está integrada por otomíes, que conforman 86 por ciento de los hablantes de alguna lengua indígena en la entidad, y que se localizan principalmente en los municipios de Amealco y Tolimán, y en menor medida en Cadereyta, Ezequiel Montes, Colón y Peñamiller, aunque existen algunos núcleos de población pame o xi'ui, y huasteca o teenek, en los municipios de Jalpan y Arroyo Seco, en la sierra Gorda de la entidad. Querétaro se ubica como la tercera entidad con mayor número de hablantes de lengua otomí en el país, cuya población vive en condiciones de pobreza extrema, producto de las "condiciones de exclusión y desventaja en que se desenvuelve".

De acuerdo con la delegación Querétaro-Guanajuato de la Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CDI), que preside Mario Rodríguez Landeros, la región étnica sur de Querétaro está integrada por las comunidades de Santiago Mexquititlán, con más de 10 mil habitantes; San Ildefonso Tultepec, con 9 mil 455; San Miguel Tlaxcaltepec, con 5 mil 842; Chitejé de la Cruz, con 2 mil 540 pobladores, y San José Itho, con mil 978, todas pertenecientes al municipio de Amealco.

Esta región se caracteriza por contar con una "fuerte dependencia del ingreso externo para subsistir", pues las condiciones de pobreza y las escasas oportunidades de empleo han "estimulado la emigración, sobre todo la temporal, como sobrevivencia", principal actividad en la economía de la zona, junto con "la agricultura de subsistencia", que consiste en sembrar maíz, frijol, calabaza y chile para autoconsumo.

El rezago en infraestructura social es alto; de acuerdo con el CDI, en 2000, 31.38 por ciento de las viviendas indígenas carecían de agua potable, cifra que disminuyó a 16.16 por ciento en 2005, mientras que la carencia de energía eléctrica en casas habitación pasó de 25.27 por ciento a 10.92 por ciento en ese mismo periodo.

[TOP](#)

Fonte:
<http://www.jornada.unam.mx/2006/05/20/040n1est.php> -
20.05.2006

El desempleo no es la principal causa del éxodo, dice Presidencia

Jesús Aranda

La política social del gobierno ha permitido la reducción de la pobreza, asegura el vocero de Fox. La Presidencia de la República rechazó que el desempleo sea la principal causa por la que los mexicanos emigran a Estados Unidos, y se ufano de que este resultado sea "producto de la política social" que ha permitido la reducción de la pobreza extrema.

Al hablar ayer en su habitual conferencia de prensa, el vocero de Los Pinos, Rubén Aguilar, sostuvo lo anterior y aseguró que "por arriba de 80, 85 por ciento" de la gente que emigra tiene empleo en México. "No es que careciera de trabajo", subrayó.

En alusión a las declaraciones del domingo pasado del candidato perredista a la Presidencia, Andrés Manuel López Obrador, quien dijo que la actual política económica ha llevado al país a la quiebra y provocó un repunte en la migración a Estados Unidos, Aguilar sostuvo que la reducción de la pobreza durante la administración de Vicente Fox se alcanzó a través de los servicios públicos que llegan a las comunidades.

"Estadísticas"

Y aunque acotó que esto no quiere decir que el problema esté resuelto, señaló que el Ejecutivo federal no considera que la actual situación sea un fracaso, porque el problema "va a tardar muchos años en ser superado".

En cuanto a la migración, el vocero presidencial sostuvo que "las estadísticas" -no dijo cuáles-revelan que "un número muy, muy alto de las personas que emigran a Estados Unidos tenían trabajo en México", de manera que "no emigran por no tener trabajo, sino por otra serie de condiciones también de carácter natural, porque esperan una mejor condición de vida a pesar de que aquí tenían empleo; no se están yendo porque no tengan trabajo en México".

Y aunque momentos antes el funcionario había dicho que Fox no iba a polemizar con lo que declararan los candidatos presidenciales sobre su gobierno, Aguilar insistió en que la migración más grande de México hacia Estados Unidos

"hoy en día" no es de campesinos. Porque los recursos que han llegado al campo en esta administración "han evitado que el tránsito sea mayor de campesinos como el componente más importante de la migración, y lo están siendo más bien sectores de ciudadanos, en particular, incluso, de la ciudad de México.

"Ha habido cambios sustantivos en el patrón de migración que los estudios -tampoco dijo cuáles-arrojan y revelan."

Por otra parte, evitó responder directamente a los señalamientos hechos recientemente por el cardenal Norberto Rivera de que debido a que no se han atendido las necesidades de los mexicanos hay migración al exterior. Al respecto apuntó que la Presidencia respeta las opiniones de todos los actores políticos, sociales y religiosos del país.

Más adelante rechazó que el gobierno federal haya actuado con tibieza en el caso del homicidio del connacional Guillermo Martínez, asesinado por la espalda por un elemento de la Patrulla Fronteriza, y dijo que el Ejecutivo federal condenó ese hecho y exige una investigación exhaustiva y puntual sobre lo que ahí aconteció, pero aclaró que una vez que las autoridades estadounidenses terminen las indagatorias, México tomará las decisiones respectivas.

Sin embargo, aclaró que la postura oficial no prevé la posibilidad de crear un bloque con naciones latinoamericanas en contra de la política migratoria de Estados Unidos, "pero tampoco estamos cerrados a la posibilidad de construir un bloque para que las autoridades estadounidenses tomen conciencia de lo absurdo de sus muros, de lo absurdo de su visión puramente policiaca del problema de la migración", porque este problema sólo se resolverá en el contexto de una migración ordenada, legal y respetuosa de los derechos humanos, "que evite situaciones como las que lamentamos y condenamos", dijo. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.jornada.unam.mx/2006/01/10/003n1pol.php> – 10.01.06

La otra cara de las remesas

Los crecientes envíos de dinero a AL podrían tener efectos imprevistos en inflación, fuga de personal calificado y bajos incentivos para la educación, entre otros

Los envíos a América Latina representan el porcentaje mayor del mercado global de remesas y han crecido más aprisa que en cualquier otra región. De acuerdo con la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), los flujos de remesas de trabajadores latinoamericanos a sus países de origen, principalmente desde EU, crecieron a una tasa promedio de casi 14% en los últimos diez años y alcanzaron la cifra de 47 mil 400 mdd en 2005. Esas corrientes de recursos tienen un impacto económico y social importante, pero hacen que esas economías sean más vulnerables a las fluctuaciones del ciclo económico estadounidense.

Alrededor de 25 millones de latino-americanos viven fuera de sus países de origen. Aproximadamente 65% envían dinero a su familia con regularidad (entre 100 y 300 dólares al mes). Cerca de 75% de las remesas son enviadas desde EU, donde casi 5% de la población (14.5%) son inmigrantes latinoamericanos con documentos o sin ellos, de acuerdo con el censo estadounidense 2000.

Sin embargo, en años recientes la Unión Europea ha sido el destino de mayor crecimiento para los inmigrantes latinoamericanos: alrededor de 20% de los extranjeros registrados en España provienen de Latinoamérica (principalmente de Ecuador, Colombia y República Dominicana). Según el Ministerio de Inmigración de España, 36% de los inmigrantes legales (986 mil 178) son de América Latina.

En especial, la migración es relevante en México y en los países de Centroamérica; las causas principales incluyen la proximidad geográfica con EU y factores socioeconómicos como violencia, pobreza extrema y falta de movilidad social. Los desastres naturales también han contribuido al crecimiento de la migración. Al mismo tiempo, algunos gobiernos locales consideran la emigración como una "válvula de escape" para mitigar tensiones sociales y económicas en sus países.

De conformidad con un estudio del Fondo Multilateral de Investigación del BID, las remesas

llegan a gran parte de la población latinoamericana, de 14% en Ecuador a 24% en Guatemala y 28% en El Salvador. En promedio, cada remesa beneficia directamente a tres o cuatro personas.

Impulso económico para los países de origen

En términos absolutos, el destino de los recursos se concentra en seis países que, en 2003, recibieron casi 78% de las remesas que se enviaron a América Latina: México, Colombia, Brasil, Guatemala, República Dominicana y El Salvador. El 40% de las remesas totales de la región llegaron a México. También en 2003, las remesas excedieron 26% a la inversión extranjera directa (IED) y representaron 2% del PIB de la región y 8.6% de las exportaciones. En las pequeñas economías centroamericanas las remesas representaron un porcentaje mayor del PIB.

- Como porcentaje del PIB, las remesas excedieron el promedio latinoamericano en 12 países de un total de 19. En seis países (Haití, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Nicaragua y Guatemala) esta proporción rebasa 10%. Lo anterior demuestra la importancia de este torrente de ingresos para la economía local, pero también la vulnerabilidad de esos países ante flujos cuya dinámica escapa al control gubernamental.

- En muchos países el flujo de remesas es más alto que el importe de las exportaciones de productos agrícolas tradicionales. En Haití, Guatemala, El Salvador, República Dominicana y Nicaragua el valor de las remesas, en comparación con el total de las exportaciones, es particularmente alto y representa 40% de las mismas.

- Las remesas superaron la IED neta en 11 de 19 países latinoamericanos. En El Salvador, Guatemala y Haití, son varias veces más grandes que los flujos de IED.

Fuente estable de financiamiento

Como fuente externa de financiamiento, las remesas son más atractivas que otros flujos de

capital más tradicionales porque tienden a ser más estables que el financiamiento extranjero. En efecto, en las dos últimas décadas las remesas han permanecido en un rango de 1-1.6% del PIB; por el contrario, otras corrientes de capital, exportaciones e incluso ayuda oficial, mostraron mayor volatilidad. Sin embargo, su comportamiento no es muy cíclico en países donde las crisis económicas eran seguidas por un fuerte incremento de las remesas. Esto resultó evidente luego de las crisis financieras y moratorias en Ecuador después de 1999 y en Argentina después de 2001. En esas situaciones las remesas subieron tanto por el aumento de la emigración como porque los trabajadores en el extranjero incrementaron su ayuda a los parientes en sus países de origen.

No obstante, las remesas también se ven afectadas por la actividad del país anfitrión, en especial cuando los trabajadores inmigrantes se concentran en cantidades altas en un solo país. Por lo tanto, puede esperarse que las remesas a América Latina se relacionen cada vez más con el ciclo económico estadounidense.

Fomento del crecimiento y el consumo

Las remesas fomentan el consumo en algunos de los destinatarios; por lo tanto, estimulan la demanda doméstica. Sin embargo, también podrían impulsar la acumulación de capital humano a través de servicios de educación y de salud. Aunque el impacto de las remesas en el crecimiento es difícil de detectar, ya que la acumulación de capital humano sólo se observa a largo plazo, los estudios que analizan la información de los hogares muestran que las familias que reciben remesas proporcionan a sus hijos más educación, participan en mayor medida en la formación de pequeños negocios y acumulan más bienes.

Puesto que muchas remesas se gastan en el consumo básico de los destinatarios pobres, no debe exagerarse su papel como inversión en capital humano. También podrían impulsar el mejoramiento de la infraestructura física mediante asociaciones de inmigrantes y los gobiernos locales que, cada vez más, promueven el uso de esos fondos para el desarrollo de infraestructura en las localidades de origen de los

inmigrantes. Sin embargo, esos esquemas son incipientes.

El aumento de las remesas también contribuye al desarrollo del sistema financiero latinoamericano en la medida en que suscitan el contacto de gran parte de la población con el sistema financiero formal. Esto podría conducir, de manera gradual, a una creciente disposición de crédito e instrumentos bancarios como créditos educativos, hipotecas y cuentas de ahorro. Además, las remesas pueden servir de garantía y algunos bancos han comenzado a sacar provecho de ello. En América Latina, desde 1994, ha habido casi 40 emisiones de bonos basadas en remesas, con un valor total de alrededor de 5 mil mdd.

Riesgo de "enfermedad alemana"

Pero los flujos de remesas pueden tener también impactos negativos. Existe la preocupación de que pudieran conducir a una especie de "enfermedad alemana", mediante una apreciación de la tasa de cambio real y la consecuente reducción de la competitividad de los sectores comerciales de los países. Los gobiernos disponen de pocos instrumentos para reducir los efectos monetarios de las remesas, aparte de una intervención activa en el mercado de divisas extranjeras y una extensiva restricción monetaria para impedir un aumento de la inflación.

Una política fiscal restrictiva (por ejemplo, cargar impuestos a las remesas) podría frenar el crecimiento del consumo y, por lo tanto, reducir las presiones inflacionarias. No obstante, sería políticamente inaceptable, pues muchas remesas son recibidas por hogares de bajos ingresos y proporcionan un flujo seguro de dinero en los países receptores, donde la pobreza está generalizada.

Por otra parte, a pesar de la importancia de las remesas para muchas economías latinoamericanas, existe creciente preocupación respecto de que la emigración representa una fuga de capital humano. En EU, la mayoría de los inmigrantes con alto nivel de estudios provienen de Europa y el sudeste de Asia. Sin embargo, muchos trabajadores latinoamericanos capacitados y profesionistas emigran a EU (más de 50% de los ciudadanos de Centroamérica y el

Caribe que cuentan con grados universitarios viven en el extranjero). Ellos, con más probabilidad que sus contrapartes asiáticos y europeos, podrían terminar desempeñando empleos para los que no se requiere capacitación o que tienen bajos requerimientos de calificación. Esto refleja deficiencias de calidad académica y de normas en muchos países de América Latina. Los migrantes altamente calificados de países distantes encontrarán interesante emigrar a EU porque los salarios especializados son por lo regular más altos que en otros países desarrollados.

La proximidad geográfica de América Latina con EU ocasiona que el costo de la migración sea relativamente más bajo para los trabajadores latinoamericanos. Es probable que muchos de esos inmigrantes latinoamericanos, aunque tengan grados universitarios, no califiquen para los trabajos especializados en EU, pero aun así optan por emigrar porque los salarios no especializados en EU son generalmente más altos que los salarios especializados en sus países de origen.

Sin embargo, los mexicanos de más alto nivel de estudios tienden a permanecer en México, donde la tasa de recuperación del costo de la educación es comparativamente más alta que en EU, debido a que la distribución de ingresos es más inequitativa en México. Como resultado de ello, los jóvenes (en especial de las áreas rurales) que han decidido emigrar al norte tienen pocos incentivos para invertir en educación. En consecuencia, se ha observado que los niños de 16 a 18 años en los hogares de inmigrantes tienen un nivel de escolaridad más bajo que en los hogares de no inmigrantes. El caso mexicano representa, además, una importante advertencia contra la idea de que la migración puede tener un efecto positivo adicional en la educación, al generar incentivos para adquirir altos niveles de estudios.

Perspectivas futuras

Las remesas han crecido con rapidez en la década pasada, y se espera que su dinamismo continúe en la próxima. El crecimiento será estimulado por tendencias demográficas que combinan una población en aumento en los países en desarrollo y una fuerza laboral que disminuye en los países desarrollados. Esta desigualdad creará una fuerte demanda de trabajadores en los países desarrollados, en especial en los servicios que sólo pueden ser proporcionados en la localidad.

La proximidad de México y Centroamérica con EU y la profunda integración económica entre esos países estimulará aún más la migración al país del norte. Sin embargo, las redes sociales en los países de destino han sido un importante factor de atracción para los posibles migrantes. En este sentido, la consolidación de la comunidad latinoamericana en EU (donde ha llegado a ser la minoría más grande) y su creciente importancia en la Unión Europea, en particular España e Italia, continuarán atrayendo nuevos migrantes.

Sin embargo, los fuertes y crecientes lazos económicos y sociales entre América Latina y EU incrementarán la vulnerabilidad de la región ante el ciclo económico estadounidense y el riesgo derivado de sus desequilibrios macroeconómicos. Aun así, mientras no se presente una crisis económica extensa en EU, las remesas serán una fuente estable y valiosa de financiamiento externo para América Latina y podrían fomentar el crecimiento económico a través de la acumulación de capital humano y el desarrollo de infraestructura. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.jornada.unam.mx/2006/04/18/034n1eiu.php>
- 18.04.2006

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI nell'attualità:

- Settembre 2006 - Cultura: integrazione / interculturalità / multiculturalismo
- Dicembre 2006 – Migrazioni forzate: profughi
- Marzo 2007 – Questioni Internazionali
- Giugno 2007 – Economia e migrazioni

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Setembro 2006 – Cultura: integração / interculturalidade / multiculturalismo
- Dezembro 2006 – Migrações forçadas: prófugos / desplazados
- Março 2007 – Questões Internacionais
- Junho 2007 – Economia e migrações

Next up dates our Migration Review:

- September 2006 - Culture: Integration/ intercultural/ multicultural
- December 2006 - Forced Migration: Refugees
- March 2007 – International Questions
- June 2007 - Economy

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Septiembre 2006 – Cultura: integración / interculturalidad / multiculturalismo
- Diciembre 2006 – Migraciones forzadas: desplazados
- Marzo 2007 - Cuestiones Internacionales
- Junio 2007 – Economía

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

- 1 – BRASIGUAIOS
- 2 – EMIGRAR - Opção ou necessidade
- 3 – OS EXPULSOS DA TERRA
- 4 – MIGRAÇÕES E TRABALHO
- 5 – LEIS E MIGRAÇÃO
- 6 – MIGRAÇÕES NORDESTINAS
- 7 – JOVENS MIGRANTES
- 8 – MIGRAÇÕES INTERNAS - Aspectos vários
- 9 – DESEMPREGO
- 10 – VÍTIMAS DO RACISMO
- 11 – MORADIA - Direito de todos
- 12 – FAVELAS - Migração da dignidade humana
- 13 – FOME E MISÉRIA
- 14 – LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
- 15 – A FAMÍLIA
- 16 -TRABALHO ESCRAVO
- 17 - SOS - Pequenos sem lar
- 18 – REFUGIADOS
- 19 – EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
- 20 – MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
- 21 – SEM – TERRAS
- 22 – DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
- 23 – TERRA E MIGRAÇÃO
- 24 – MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
- 25 – CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
- 26 – A CAMPANHA DA FRATERNIDADE /97 E AS MIGRAÇÕES
- 27 – MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
- 28 – VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
- 29 – PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
- 30 – DESEMPREGO EM ALTA
- 31 – EDUCAR É PRECISO
- 32 – SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
- 33 – ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
- 34 – SEM TRABALHO ... POR QUÊ ?
- 35 – DESAFIOS DA MIGRAÇÃO FRENTE O NOVO MILÊNIO
- 36 – O MIGRANTE É VÍTIMA !...
- 37 – REFUGIADOS: desafio à solidariedade
- 38 – DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
- 39 – XENOFOBIA
- 40 – TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
- 41 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalizaçã
- 42 – DROGAS, uma ameaça à VIDA.
- 43 – MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
- 44 – MIGRANTES e Conflitos armados
- 45 – RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
- 46 – POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
- 47 – ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
- 48 – IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
- 49 – ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
- 50 – PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
- 51 – A Mercantilização do Ser Humano
- 52 – EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
- 53 – DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
- 54 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
- 55 – MIGRAÇÕES: culturas e integração.
- 56 – REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
- 57 – TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
- 58 – MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
- 59 – MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
- 60 – XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
- 61 – RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
- 62 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
- 63 – POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?